

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 14/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024

----- Ao vigésimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

----- Às vinte e uma horas e treze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

MEMBROS ELEITOS:-----

- -- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- -- Antero de Sousa Correia, substituí José Bernardino Pinto Nogueira; -----
- -- Flávia Catarina Pereira de Sousa, substitui João Carlos Pinto Correia; -
- -- Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- -- Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
- -- Sandra Maria Leonor Pereira da Silva; -----
- -- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
- -- Rúben João Pinto Bessa; -----
- -- João Paulo Nunes de Brito, substitui Joaquim José Correia Bessa; -----
- -- Maria José Pacheco Meireles Magalhães; -----
- -- Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- -- Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira; -----
- -- Vítor Carlos Almeida da Silva; -----
- -- Ana Cristina Leal Moreira; -----
- -- Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; -----
- -- André António das Neves Magalhães, substitui Ricardo Manuel de Bessa Marques;
- -- José Alberto Nunes Leal, substitui Pedro Filipe Teixeira de Faria; -----
- -- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
- -- Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- -- Lurdes Cristiana Nunes de Bessa, substitui Joana S. P. Nogueira; -----
- -- **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**. -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:-----

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- -- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei; -----
- -- Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro, como representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares; -----
- -- José Joaquim Ribeiro da Cunha, como representante legal de Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira; -----
- -- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo; -----

Costa
2024

- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----
- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;
- Adriano Ribeiro Ferreira, representante legal de António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);
- Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de cristelos, Boim e Ordem;-----
- João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas;-----
- Armando da Costa Silva, União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão.-----

Leostri
12
15/10

----- **Verificou-se estarem presentes 33 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores: Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada), Manuel António da Mota Nunes (PS), Maria do Céu Vieira Rocha (PS), Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada), Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS).-----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos:-----

----- Em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, Primeiro Secretário da Mesa, **José Bernardino Pinto Nogueira**, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo Segundo Secretário, Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor (“Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários.”), vamos chamar um membro Municipal para suprir a falta.-----
Nestes termos, o Membro Municipal, **Maria José Pacheco Meireles Magalhães**, ocupou o lugar de 2.º Secretário na Mesa da Assembleia Municipal nesta sessão.-----

----- Pelas 21h15min, entrou na sala o Membro Municipal, **Fausto Manuel da Costa Oliveira**, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Em seguida foi apresentada a justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2023 do membro Municipal, Armando da Costa Silva, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- Deu conhecimento aos Membros Municipais, das substituições efetuadas para a presente sessão, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, em vigor do seguintes membros: -----

- O Membro Municipal do Partido Socialista, José Bernardino Pinto Nogueira, substituído por Antero de Sousa Correia; -----
- A Membro Municipal do Partido Socialista, Joana Sofia Pacheco Nogueira, substituída por Lurdes Cristiana Nunes de Bessa, uma vez que os elementos a seguir na lista, Óscar Miguel Sobral, Lara da Rocha Santos, Rui Fernando Vieira da Silva Pereira e Nuno Emanuel Moreira Fernandes, se encontram indisponíveis para estarem presentes nesta 14.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal; -----
- O Membro Municipal da Coligação Acreditar Lousada, Joaquim José Correia Bessa, substituído por João Paulo Nunes Brito, uma vez que os elementos Maria Emília Pereira Teixeira e Luciana Isabel Dias Martins, se encontram indisponíveis para estarem presentes nesta 14.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal; -----
- O Membro Municipal da Coligação Acreditar Lousada, Ricardo Manuel de Bessa Marques, substituído por André António das Neves Magalhães; -----
- O Membro Municipal do PS, João Carlos Pinto Correia, substituído por Flávia Catarina Pereira de Sousa e, -----
- Membro Municipal do PS, Pedro Filipe Teixeira de Faria, substituído por José Alberto Nunes Leal. -----

E

----- Mais informou as substituições nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, em vigor: -----

- O Presidente da Junta de Lodares, Armando Jorge Mota Moreira, informa que se faz representar pelo seu representante legal de Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro. -----
- O Presidente da Junta de Macieira, Paulo Abílio Teixeira dos Santos, informa que se faz representar pelo seu representante legal de José Joaquim Ribeiro da Cunha. -----
- O Presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém, António Fernando Morais da Silva, informa que se faz representar pelo seu representante legal de Adriano Ribeiro Ferreira. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara n.ºs 49 de 27/11/2023; 50 de 11/12/2023 e 51 de 22/12/2023. -----

-----De seguida a Mesa da Assembleia Municipal coloca à discussão e votação a Ata da 13.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28/12/2023, e não havendo intervenções sobre a mesma, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes/participantes na sessão ordinária de 28/12/2023. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Seguidamente, a Mesa e os Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal, propuseram um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de Sr. Pedro Tiago Pinto Magalhães, irmão do Presidente de Junta da União de Freguesias Figueiras e Covas, João Fernando Pinto Magalhães. -----

----- **Aprovado por unanimidade de 34 votos.** -----

-----**Foi cumprido um minuto de silêncio.**-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes. -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora secretária, senhor secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores. Caros membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. -----

Estamos como sabem, em plena campanha eleitoral para as eleições legislativas e este é o momento, entendemos nós para junto daqueles que se candidatam a deputados da Assembleia da República apresentarmos o nosso caderno de encargos. Enquanto autarcas e cidadãos empenhados no desenvolvimento da nossa terra, a obrigação de junto dos partidos políticos expormos as nossas ideias, os nossos projetos que possam contribuir para o desenvolvimento do país e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Mas as propostas e as ideias podem ser para o país, mas também podem circunscrever-se ao nosso concelho e a região do Tâmega e Sousa,

onde estamos inseridos. E, foi isso que nós dirigentes do PSD, autarcas do PSD, do CDS e do PSD, obviamente, com assento nesta Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e também nas Juntas de Freguesia, fizemos na última segunda-feira, junto da Coligação Aliança Democrática, na pessoa do Dr. Miguel Guimarães, cabeça de lista pelo círculo eleitoral do Porto. As propostas concretas que apresentámos ao Dr. Miguel Guimarães são exequíveis, importantes e necessárias para Lousada e para a região do Tâmega e Sousa. São essencialmente equipamentos que, para serem concretizados, precisam do apoio do Governo da República, quer na edificação, quer na sua sustentabilidade financeira. Na área social, garantir o apoio do Governo para a concretização do empreendimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, Quinta da Vinha, para onde estão previstas novas valências na área social, nomeadamente a construção de um novo lar para idosos, um centro de apoio a pessoas com deficiência na vertente residencial e ocupacional. Com a integração destas e de outras valências no domínio, em contato direto com espaços naturais e agrícolas que permitam aos utentes, por um lado, otimizar aspetos logísticos e de gestão e, por outro, dispor de áreas comuns que podem proporcionar atividades simultaneamente terapêuticas, produtivas e de lazer. É um projeto, como sabemos muito ambicioso, mas necessário, mas que para avançar precisa necessariamente do apoio governamental. Há ainda mais um projeto da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, agora na área da saúde, criar uma unidade de cuidados paliativos no edifício do hospital. Na área da saúde avançar também com a construção do novo Centro de Saúde, Mezio para qual já existe terreno e que vai servir os utentes da área ocidental do concelho de Lousada. E, estudar também a possibilidade de a médio prazo avançar com a construção de um novo centro de saúde aqui na Vila de Lousada, moderno e funcional, porque o atual é demasiado pequeno para as valências, valências ali instaladas ou valências ali instaladas e a instalar. Recordo que o atual centro de saúde não dispõe de espaço para ampliação. Ainda na área da saúde, defendemos junto dos representantes da Aliança Democrática que o Governo tem de garantir médicos da família para todos os utentes, pois sabemos que há ainda muitos lousadenses sem médico de família. Garantir também que os utentes não tenham de esperar 3 e 4 meses por uma consulta e ou por um exame. Solicitámos ao Dr. Miguel Guimarães que o novo governo esperamos nós, liderado pelo Dr. Luís Montenegro, reponha o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lousada, para que todos os cidadãos de Lousada voltem a ter o serviço de atendimento permanente, SAP(Serviço de Urgência) a funcionar no hospital de Lousada durante a noite, aos feriados e aos fins de semana, tal como acontece ainda hoje no hospital de Felgueiras e no do Marco de Canaveses. Isto para não terem de se deslocar sistematicamente ao Hospital Padre Américo, em Penafiel. O funcionamento dos serviços públicos em Lousada foi outro dos assuntos apresentados aos candidatos da AD, assegurar mais funcionários no Serviço de Finanças, na Delegação da Segurança Social e na Conservatória do Registo Predial Civil e Automóvel de Lousada. Mais,

M
PSD

construir uma Loja de Cidadão na Vila de Lousada para, no mesmo edifício, integrar os serviços públicos que estão dispersos pela Vila de Lousada e em espaços que não reúnem as condições mínimas necessárias para os seus funcionários, nem para atendimento dos cidadãos. Na Loja do Cidadão deve se instalar o Serviço de Finanças, segurança Social, Conservatória do Registo Civil, Perdiça, Automóvel e empresas operadoras de energia e outros serviços públicos, incluindo municipais. A mobilidade foi outro assunto abordado, nomeadamente o apoio à construção da linha do comboio Vale Sousa Norte de Valongo a Felgueiras, equipamento estrutural para a região e seguramente também para Lousada. Senhor Presidente, Senhores Deputados, este caderno de encargos, como as propostas que acabei de elencar foram bem recebidas pelo Dr. Miguel Guimarães e pelos outros candidatos da AD presentes na reunião de trabalho. Ficando a garantia dos deputados da AD (Alliança Democrática) a eleger pelo círculo eleitoral do Porto, que junto do novo Governo, tudo farão para que estas nossas propostas para Lousada sejam efetivamente atendidas, disse.» -----

-----**Não havendo intervenção por parte da do Grupo Municipal do Partido Socialista, Sra. Presidente de Assembleia Municipal deu a palavra ao membro Municipal da Coligação Acreditar Lousada.** -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** « Senhor presidente, senhores deputados, quero-vos falar sobre a Pista da Costilha. Jaime Moura foi o pioneiro do Desporto Automóvel em Lousada nos idos anos 80. Outros lousadenses o acompanharam nesse sonho, nessa luta e o ajudaram a concretizar o projeto da Pista da Costilha e do Desporto Automóvel, como, por exemplo, o engenheiro José Carlos Bessa Machado e o saudoso e meu amigo Paulo Sérgio Ribeiro. As míticas provas de Autocross, Ralicross e de camiões levaram longe o nome de Lousada. Durante muitos anos, principalmente na década de 90, Jaime Moura e o Clube Automóvel de Lousada tudo fizeram para que fosse construída uma nova pista de desporto automóvel noutra local do concelho de Lousada. Então vários locais foram identificados como, por exemplo, em Lousada (Santa Margarida) e em Lustosa. Há 30 anos, Jaime Moura e o Clube Automóvel de Lousada entendiam que a Pista da Costilha não era o local ideal, pois não reunia nem reúne hoje as condições necessárias para a realização de provas internacionais. Infelizmente, o projeto de uma nova pista não se concretizou porque, como todos sabemos, o Município de Lousada nunca acompanhou Jaime Moura e também não valorizava então o desporto automóvel. E, como previa Jaime Moura, as provas internacionais de Ralicross, Autocross e de camiões acabaram na Pista da Costilha e nunca mais regressaram a Lousada. ----- Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, nos últimos anos, o Município de Lousada é justo dizê-lo, mudou de opinião, entende agora e bem que o desporto automóvel é uma mais-valia para o concelho de Lousada. Tal como há 30 anos, as debilidades da pista da costilha mantêm-

se, há que encontrar soluções. Ampliar as atuais instalações ou construir uma nova pista noutra local do concelho. Qual a melhor solução? A resposta a esta pergunta não pode ser decidida num qualquer gabinete por 2 ou 3 pessoas que provavelmente estão mais interessadas na especulação imobiliária do que no futuro do desporto automóvel em Lousada. -----

Senhor Presidente, sabemos que o senhor já decidiu que quer que a pista permaneça naquele local, na costilha, e está a negociar os terrenos da atual pista e dos envolventes para um novo paddock, mas também para promover a construção de imóveis. -----

Senhor Presidente da Câmara, salvo melhor opinião, parece-me que o Senhor Presidente está a precipitar-se, a prejudicar o Município, o concelho de Lousada e até a hipotecar o futuro do desporto automóvel em Lousada. Lamento que o negócio que envolve a pista da costilha nunca tenha sido formalmente discutido no executivo camarário e devia. E, também nunca foi discutido nesta Assembleia e devia. O negócio da pista da costilha que o senhor Presidente da Câmara está a tratar sem ouvir praticamente ninguém, envolve custos para o Município de aproximadamente 4 milhões de euros em aquisições e em obras resultantes de contrapartidas, segundo consegui apurar, mas pode ser até mais... -----

Senhor Presidente da Câmara, queremos que nos explique os contornos do negócio dos terrenos da pista da costilha. Exigimos, obviamente, esclarecimentos. Mas o assunto da pista da costilha não se resume ao negócio dos terrenos. Não menos importante é saber se a costilha é o local ideal para a pista do desporto automóvel em Lousada. Nas últimas semanas falei, Senhor Presidente da Câmara, pessoalmente com pilotos de Ralicross e autocross, bem como ex-dirigentes do clube automóvel de Lousada. Não consegui ainda agendar uma reunião com a direção do CAL do clube automóvel, apesar de ter solicitado ao Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, todos os pilotos e dirigentes com quem falei consideram que manter a pista da costilha naquele local é um erro. Todos defendem uma nova pista noutra local do Concelho de Lousada. Principais problemas que mencionaram com a manutenção da pista de automóveis na costilha. O ruído. Estar próximo de habitações. Falta de estacionamento para os espectadores que queiram assistir às provas. E estes dois problemas, ruído e falta de estacionamento vão agravar-se porque com o projeto de contrapartidas que o senhor Presidente da Câmara está a negociar com os proprietários da pista e com outros que têm terrenos na proximidade, nos próximos anos vão ser construídas naquele local várias centenas de habitações. E, quanto ao Ruído? Não tínhamos qualquer dúvida um dia destes e mais cedo do que tarde, os habitantes cansados de tanto ruído vão exigir o encerramento da pista. Problemas ambientais de ruído e dificuldade de estacionamento, mesmo que a pista tenha boas condições, o mais certo é as entidades desporto automóvel, entidades nacionais e internacionais desviarem as provas para outras pistas onde não haverá polémicas com a população local nem com outros intervenientes, por exemplo, as associações ambientais. -----

Mas, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, a localização da pista do desporto automóvel não pode ter apenas por fim, último a realização de provas de autocross, de ralicross e, uma vez por ano, a classificativa do Rali de Portugal. O desporto automóvel em Lousada em resultado da sua história, tem de ser encarado como um meio, uma âncora para o desenvolvimento de Lousada, por isso a sua localização é fundamental. Na pista do desporto automóvel e próximo desta temos de ter espaços, terrenos disponíveis, condições para construir outros equipamentos e para atrair investimentos que sejam potenciador de emprego qualificado na área do automóvel. Mais do que uma pista para o desporto automóvel, temos de criar um complexo do desporto automóvel em Lousada com uma pista funcional para vários desportos motorizados e não só automóveis. No mesmo complexo do desporto automóvel tem de haver espaço para, por exemplo, um hotel temático de restaurantes, bares, o Museu do Desporto Automóvel. Para o mesmo complexo do desporto automóvel. Temos de atrair empresas na área dos automóveis e até escolas de formação em mecânica ou noutras profissões ligadas aos automóveis ou ao desporto motorizado. Senhor Presidente da Câmara, temos todos que ver um bocadinho mais à frente, é preciso visão e estratégia. A Câmara Municipal de Lousada não pode nem deve gastar milhões de euros num projeto, numa obra sem futuro ou, no mínimo, com um futuro duvidoso. Por isso, Senhor Presidente da Câmara, aconselho a suspender imediatamente todo o processo de aquisição dos terrenos da pista da costilha, Senhor Presidente, proponho que faça uma discussão pública, um debate público sobre o futuro do desporto automóvel em Lousada. A Câmara Municipal de Lousada antes de decidir, tem de ouvir os lousadenses, principalmente os que têm experiência na área do desporto automóvel, nomeadamente pilotos e ex-pilotos, dirigentes e ex-dirigentes. Mais, antes de decidir, deve apresentar o projeto, seja ele qual for às entidades nacionais e internacionais, para garantir que a pista a remodelar ou a construir reúne as condições necessárias para em Lousada, podermos organizar grandes provas internacionais. -----

Senhor Presidente da Câmara, fica então aqui a nossa proposta, a da Coligação Acreditar Lousada, PSD/CDS.PP, que a Câmara Municipal de Lousada promova um debate público sobre qual deve ser o futuro do desporto automóvel em Lousada e se a pista do desporto automóvel deve manter-se na costilha ou se devemos construir uma nova noutra local do concelho em Lousada, disse». -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, do Partido Socialista:** « Muito boa noite a todos. -----

----- Relativamente, às propostas que o Dr. Leonel veio elencar a propósito de um caderno de encargos. Claro que nós concordamos com grande parte delas, não há dúvida nenhuma. Até porque muitas delas já estão com as candidaturas em curso, estão a caminhar a passos largos para a sua concretização, portanto não temos como não concordar. -----

----- Relativamente à questão que veio trazer da Pista da Costilha, acho

ccastri
R
R

que a explicação que foi dada na última Assembleia Municipal, salvo erro, pelo Sr. Presidente, foi extremamente clara e transparente. Eu diria que o que veio aqui propor, que aquilo que foi proposto é um investimento de 4 milhões de euros para depois vir dizer que é necessária, nas suas palavras, uma visão estratégica e exigir aqui um investimento colossal para uma nova pista, para um conjunto de propostas que veio elencar, isso sim, é que efetivamente é um investimento colossal. Disse, disse... que era preciso alocar aqui um conjunto de investimentos e, portanto, pergunto, onde é que vamos buscar essa receita toda? E se realmente é uma visão muito estratégica, muito interessante, mas se a proposta que foi apresentada pelo executivo já para vocês é um valor, enfim, algo avolumado, quanto mais a vossa proposta! E depois disse aqui outra coisa que é: colocar a pista numa zona... não naquela zona, portanto, tudo que seja numa zona menos central. E disse aqui que até se podia fazer uma espécie de um levantamento de opinião dos lousadenses sobre este assunto. Eu diria que a grande parte dos lousadenses devem querer a pista numa zona central, até porque isso traz benefícios não só para o desporto em si, traz benefícios para o comércio, traz benefícios para os adeptos do desporto que procuram vir assistir ao desporto e, ao mesmo tempo, aproveitar dos benefícios dessa centralidade. E depois há outra coisa aqui que eu escrevi aqui, que a proposta que é aqui colocada pelo executivo, "vai hipotecar o futuro." Hipotecar o futuro de Lousada é coisa que efetivamente este executivo nunca fez nem nunca fará.» -----

casti
Ne
12-38

----- Pelas 21h40min, entra na sala o Membro Municipal, **José Oliveira Nunes**, Presidente da União de Freguesias de Nespereira e Casais, da Coligação Acreditar Lousada. -----

-----**Resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Muito boa noite a todas e a todos. Respondendo às questões que o Sr. Deputado Leonel Vieira aqui fez, estamos em campanha eleitoral! Dr. Leonel Vieira, creio eu que faz parte da lista da AD e às tantas tem pretensões de ser eleito. E, portanto, veio aqui defender as propostas do suposto caderno de encargos. E eu aposto que se perguntasse ao cabeça de lista, Miguel Guimarães, se se recorda de alguma dessas propostas, ia ter alguma dificuldade. Mas a maior parte destas propostas já estão em marcha, portanto, não é preciso pedir ao Dr. Miguel Guimarães, para caso a AD seja governo, as possa acarinhar e as possa defender na Assembleia da República, porque a esmagadora maioria das propostas que o Sr. Deputado aqui colocou estão em marcha. E, começando pela listagem que aqui nos apresentou, relativamente ao projeto, à resposta social que a Santa Casa pretende levar a cabo, ela de facto é muito importante e nós temos nos últimos anos conseguido um reforço substancial daquilo que são as respostas sociais, os rácios, os per capita aqui Lousada em termos de respostas sociais e, portanto, basta pensar no conjunto significativo de

investimentos que estão em curso, nas creches, o lar que está em construção, mas ainda temos necessidade de mais. E esta área da deficiência é uma área que ainda está muito a descoberto, infelizmente. Já o disse, mais de uma vez, que temos em Lousada um equipamento de referência, pela sua qualidade, junto ao pavilhão municipal, que tem as duas componentes que a Santa Casa também pretende abraçar, o centro de atividades ocupacionais e lar residencial para pessoas com deficiência, mas, infelizmente, as vagas são escassas, são diminutas para aquilo que são as necessidades do concelho e as necessidades da região. E, portanto, todos os projetos que abracem este desígnio, é óbvio que todos nós temos de concordar. No caso em concreto, o terreno existe, existe projeto e existiu inclusivamente uma candidatura que esteve aprovada, mas o problema é que essa candidatura foi aprovada para apenas uma parte do investimento, para uma das valências desse projeto, ou seja, a parte do centro de atividades ocupacionais que não sei se é exatamente esta a designação, mas isso não interessa, e não aprovou a parte do lar residencial. Na altura, a decisão que a Santa Casa tinha para tomar era eventualmente avançar com o investimento, mas tinha uma parte significativa de investimento não elegível, ou não avançar e a decisão foi não avançar face à envolvência financeira que o avançar com a candidatura iria determinar. E isto acontece porquê? Porque há uma orientação da União Europeia no sentido de não compartilhar tudo o que sejam respostas sociais que pressuponham a institucionalização das pessoas. Ou seja, tudo o que for lares, tudo o que implicar as pessoas ficarem numa instituição, a tendência é para não haver participação comunitária. Eu e a Sra. Vereadora já falamos, mais do que uma vez, com a ainda Secretária de Estado e com a Sra. Ministra da Segurança Social, porque, efetivamente, isto é um problema. Se não houver participações comunitárias para este efeito, não estou a ver como é que o País vai resolver este problema e, portanto, o Governo atual concorda que efetivamente é preciso haver soluções e percebi que havia vontade e determinação no sentido de desenhar soluções para esse efeito, através de recursos próprios do Estado, através de programas do próprio Estado. O Governo caiu e não estou aqui para o defender, mas há uma coisa que eu posso garantir: eu já tenho alguns anos de experiência executiva aqui na Câmara Municipal e nunca conheci um governo que fosse tão sensível a ouvir aquilo que são as necessidades e as aspirações dos Municípios! E, basta ver o que aconteceu, por exemplo, com o dossier da descentralização administrativa, em que havia imensas críticas quanto às transferências financeiras e críticas legítimas, porque, no fundo, o primeiro exercício que o Estado fez foi de transferir as competências e transferir aquilo que eram os recursos que estava a alocar a essas competências que passaram para os municípios e os municípios rapidamente demonstraram que isso era muito pouco para o desafio que estava em cima da mesa e houve um reforço substancial. E, no que respeita a carências graves que o Município tinha nas respostas sociais, nós nunca conseguimos um reforço tão grande como conseguimos nos últimos anos.

Lousada

N
A

E, não é só nas respostas sociais, é, por exemplo, na questão da saúde que aqui foi falada. O Sr. Deputado referiu aqui a questão do Centro de Saúde do Mezio. Nós não precisamos da ajuda, nem do Dr. Miguel Guimarães, nem do Dr. Francisco Assis, porque isso está em marcha. Temos o PRR aprovado, temos o financiamento assegurado e, portanto, agora é apenas avançar, mas a este propósito eu registo aqui uma incongruência, um ziguezague permanente da Coligação PSD/CDS. Porque o Sr. Deputado vem aqui defender a construção do Centro de Saúde do Mezio, mas ainda há muito pouco tempo, numa reunião de Câmara, um Sr. Vereador da oposição questionou até que ponto é que faria sentido avançar com a construção deste Centro de Saúde do Mezio, porque, porventura, poderia fazer mais sentido construir um edifício novo numa área mais próxima da Vila, para que efetivamente pudesse resolver o problema que é conhecido de todos do centro de saúde de Lousada que tem algumas debilidades, desde logo pela sua localização, pela dificuldade de acessibilidade e de estacionamento e, sobretudo, pela sua dimensão, porque está sobrelotado para aquilo que são os utentes que serve. E, portanto, com os recursos que vamos alocar na construção do novo Centro de Saúde do Mezio e na requalificação do Centro de Saúde de Lousada, que porventura poderia fazer sentido construir um novo edifício numa área mais próxima da Vila, eventualmente em Cristelos. Se calhar o Sr. Presidente da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem até ficaria muito agradado. Aliás, não partilhei com ele esta reflexão que a Coligação fez na reunião de Câmara, mas não podemos andar eternamente nisto. Hoje é branco, amanhã é preto, depois é cinzento. Naturalmente que não tem de haver unanimidade no pensamento, nem na Bancada do Partido Socialista e no próprio executivo. Pode haver diversos pontos de vista, mas tem que chegar a uma altura em que haja uma discussão interna e que saibamos qual o caminho a seguir, senão, enfim, será como no assunto do aeroporto, cria-se mais uma comissão, mais um grupo de trabalho, discute-se, discute-se, discute-se e passamos a vida a discutir. Nesta matéria a posição da Câmara Municipal é muito clara, já foi dito e repetido e vou voltar a dizer. Confesso que inicialmente não tinha sequer expectativas de conseguirmos aquilo que conseguimos em termos de alocação de recursos para os equipamentos de saúde, mas conseguimos demonstrar a quem de direito que efetivamente temos aqui um problema para resolver, que é o Centro de Saúde de Lousada, todos sabemos, já referi. E, basicamente aquilo que nós tivemos em cima da mesa foi a possibilidade de construir um novo Centro de Saúde em Lousada, que efetivamente tivesse o espaço necessário, não só para dar a resposta que está a dar aos utentes, mas que conseguisse ter espaço também para outras valências que são importantes nos cuidados primários de saúde e que atualmente não estão disponíveis por falta de espaço. Ou então construir um novo para dar resposta à zona oeste do concelho e com isso libertar espaço neste e requalificá-lo. E aí, com o espaço que vai ser libertado neste, conseguirmos então acomodar as novas valências. E, nós assumimos um compromisso com a população da zona oeste do concelho e creio que a própria Coligação também assumiu.

Costa
N
P

Aliás, lembro-me que ao lado do outdoor que o Partido Socialista colocou nas últimas eleições no terreno que, entretanto, foi adquirido para o centro de saúde, a própria Colligação lá colocou um outdoor a dizer: este é o terreno que nós defendemos para a construção do novo centro de saúde. Por isso, achei que nesta matéria havia unanimidade, quanto mais não fosse por esse compromisso que ambas as forças políticas assumiram para com aquela população e, portanto, achei estranho na reunião de Câmara, quando, enfim, se veio questionar essa decisão, até porque nessa altura nós já tínhamos adquirido o terreno e creio eu que até por unanimidade nessa deliberação da Câmara. Portanto, a decisão está tomada e é esse o caminho. O que não quer dizer que nós estejamos satisfeitos com aquela solução, porque naturalmente achamos que faz sentido construir um edifício de raiz. Mas neste momento não há condições financeiras para isso e, muito honestamente, face aquilo que é o nosso conhecimento da realidade do País e de outras necessidades que outros concelhos têm, eu não acredito que a curto prazo seja possível a fazer um edifício de raiz para um Centro de Saúde aqui no centro. Nem será esse o problema porque com a construção do Centro de Saúde do Mezio, essa questão ficará resolvida. Não quer dizer que no futuro, daqui alguns anos, com o crescimento que o concelho tem tido e sobretudo aqui, nesta área da Vila, que daqui a uma década ou duas este assunto tenha outra pertinência. Poderá vir a ter, mas neste momento, com a solução que está em marcha, o problema fica resolvido e bem resolvido. O único senão desta solução tem que ver com a localização, com a questão das acessibilidades e do estacionamento, porque em termos de espaço o problema vai ficar bem resolvido e bem acautelado. E nós vamos ter um Centro de Saúde de grande qualidade para a zona oeste do concelho e também o espaço adequado e o edifício devidamente requalificado aqui no centro e para o qual, aliás, depois de fazermos o anteprojecto, chegamos à conclusão de que era necessário alocar mais recursos e conseguimos no PRR esse reforço. Aliás, um reforço que foi não só para aquele edifício, mas também para o de Meinedo. E, também está previsto a ampliação do Centro de Saúde de Lustosa. Depois, relativamente aos médicos de família, isso já está mais do que claro. Felizmente, nós aqui em Lousada, não temos o problema que existe noutros concelhos. O maior problema que existe nos concelhos que têm falta de médicos de família, é não conseguir fixar os médicos no concelho porque são, enfim, territórios que despertam menos interesse para essa fixação. Aqui os problemas que existem e que possam existir têm que ver, sobretudo, com as substituições. E, portanto, são problemas pontuais que se resolvem com essas ditas substituições. Portanto, não é um problema sério aqui no concelho. Naturalmente que os atrasos nas consultas e nos exames não é um problema de Lousada, é um problema geral. Na questão do SAP, não precisamos também de esperar pelas eleições, porque isso é o que está previsto. É público que entrou em funcionamento há relativamente pouco tempo, este ano, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde. E, a partir deste momento, aquilo que são os cuidados hospitalares e os cuidados primários de saúde são geridos pela

Castro
AL

mesma entidade. E, os problemas estão devidamente identificados e algumas das soluções já estão também devidamente sinalizadas e a intenção do Conselho de Administração é resolvê-las a curto prazo. Relativamente a esta matéria é evidente que os serviços de atendimento permanente fazem sentido, mas a forma como eles vão funcionar, os dias em que vão funcionar, as horas em que vão funcionar, depende muito da realidade de cada um dos concelhos e do facto de terem ou não terem unidades de saúde familiar e dos horários de funcionamento das unidades de saúde familiar. Porque nesta nova lógica de gestão das unidades locais de saúde, só deve ir para o hospital aquilo que não puder ser atendido e resolvido nos cuidados primários de saúde e, portanto, a ideia é reforçar os cuidados primários de saúde, de preferência tendo USF's, porque dão uma resposta mais efetiva aos utentes em horários alargados e depois nessas horas em que não seja possível dar resposta através dos Centros de Saúde, então deve-se ter os tais serviços de atendimento permanente. Apesar da conjuntura política em que vivemos e independentemente de quem vier a ser governo, creio que será uma realidade, portanto, será um problema que virá a ser resolvido. Depois, o que referiu também da loja do cidadão, independentemente de ser um governo de um partido ou de outro, também será uma realidade. Aliás, partirá também da iniciativa do Município. Já é público que é um dos projetos que nós temos em cima da mesa para avançar. A linha do Vale do Sousa também. -----

Agora falando sobre a Pista da Costilha, eu fiquei pasmado com a intervenção que o senhor deputado fez. Confesso que ao fim destes anos todos, pensei que não ficaria surpreendido com as posições do senhor deputado, mas pelos vistos continuo a ficar. E, porque é que eu digo isto? Porque ninguém anda a falar ou negociar com os proprietários às escondidas. Eu já falei disto, mais do que uma vez, na reunião de câmara, em entrevistas, aqui, creio eu, na Assembleia Municipal, porque da forma que o senhor deputado falou, parece que anda alguém a negociar com os proprietários dos terrenos de forma escondida, aliás, até referiu aqui uma coisa que eu gostava que explicasse, duas ou três pessoas a negociar num gabinete e falou aqui também de interesses imobiliários, foi o que eu percebi. Falou aqui de especulação imobiliária. Vamos ver se nos entendemos, seja qual for a solução, terá inconvenientes e terá vantagens. Efetivamente a solução atual da Pista da Costilha no futuro poderá ter esse problema que referiu do ruído. Mas é porventura, para além da questão das acessibilidades sobretudo nos dias de provas, o único problema para quem tenha as suas residências nas proximidades. Mas as soluções de construção de raiz têm outro tipo de inconvenientes e porventura mais graves. -----

Confesso que fiquei muito perplexo, porque não sei com que pilotos é que o senhor falou, porque então o senhor foi falar com pilotos com quem eu nunca falei, porque todos os pilotos com quem eu tenho falado, são de opinião contrária. O problema mais grave da pista, que está identificado, é, desde logo, a propriedade. Porque os precursores do desporto automóvel tiveram muito mérito, sobretudo pelas provas que conseguiram

captar, pelas realizações que conseguiram fazer acontecer naquela pista. Mas há um pilar que nunca foi resolvido, que é a questão da propriedade da pista. E, portanto, esse é um problema que existe desde sempre. Se o pioneiro, já falecido, Jaime Moura, defendia a construção de uma nova pista em detrimento daquela? Não sei. Sei que efetivamente teve uma intenção de fazer um autódromo que era uma coisa diferente com outras valências para além do rallycross. Mas que rapidamente se percebeu que não haveria condições, que não era exequível. O que eu sinto, sinceramente, não só por parte daqueles que são os praticantes do desporto automóvel, mas da população em geral e inclusivamente dos habitantes daqueles prédios mais próximos da pista, é um fervilhar de alegria quando há ali, sobretudo, grandes provas. E um dos problemas que teria a construção de uma pista de raiz seria, desde logo, a perda deste vínculo afetivo que existe ao local. Aliás, embora comece a desvanecer-se um bocadinho isso, muitas pessoas diziam que quando a AD Lousada saiu do estádio antigo para o complexo, apesar de ter melhores condições, não era a mesma coisa. Aqui esse vínculo é ainda superior e aqueles prédios são autênticas bancadas. Aliás, as pinturas que se fizeram nesses prédios foram no fundo a demonstração daquilo que é a afetividade que a população de Lousada e os residentes daquele prédio têm pelo desporto automóvel. E, seguramente que a esmagadora maioria das pessoas que vivem no prédio mais próximo da pista que não iam, de maneira nenhuma, gostar de uma notícia dessas de que aquela pista iria ser encerrada para se construir uma nova. Não sei quem são os vossos orçamentistas, mas já agora, conforme aqui já foi dito pela Dra. Eduarda, assim como o senhor atirou para aqui um valor qualquer de 4 milhões de euros, que não sei onde é que foi buscar, também era importante dizer quantos milhões seriam necessários para uma pista de raiz e, sobretudo, com todas essas valências que aqui referiu. Gostava também de saber. Portanto, neste momento, tudo que se disser relativamente a custos é mera especulação. Os valores que estão em cima da mesa em termos de preço são inferiores a esses 4 milhões, portanto, não sei onde é que foi buscar esse valor. De qualquer modo, naturalmente que projetos com esta envergadura, eu não os decido sozinho. Este assunto carece primeiro da evolução das negociações com os proprietários, porque há uma perspetiva de acordo, mas ainda não está fechado. E, depois a Câmara é soberana, no sentido de aceitar essa proposta. Aquilo que eu defendo é uma solução semelhante àquela que concretizámos aqui na Praça do Românico, ou seja, eventualmente fazer um plano pormenor e urbanizar o terreno. Por força dessa urbanização, os promotores são obrigados a fazer cedências para equipamentos, espaços verdes e tudo isso e, portanto, o terreno da pista pode ser uma área de cedência para esse efeito. Com isso a Câmara não precisa de fazer o pagamento em dinheiro, pelo menos de uma grande parte e, em vez de pagar o terreno, faz obras para urbanizar esse novo espaço. Com isso temos uma vantagem de criar uma nova centralidade na Vila, como aquela que criamos aqui com a Praça do Românico, devidamente estruturada, devidamente planeada, para que efetivamente o concelho continue a ter

*lcastro**12
13*

condições para crescer de uma forma ordenada e planeada. Tem claramente vantagens nesse sentido, porque a pista não pode ser vista de forma isolada. Nós também equacionamos outros cenários, de fazer uma pista de raiz noutras locais e rapidamente nos confrontamos com outro tipo de problemas, com a propriedade muito parcelada, com dezenas e dezenas de proprietários, e para além do custo do terreno, não seria possível aproveitar nenhum do investimento que lá está feito. Aqui foi dito que a Câmara nunca quis saber da Pista do Costilha, isso é falso. Vocês sabem que é falso porque o investimento que lá está atualmente na pista é muito investimento público. Naturalmente que o próprio clube, sobretudo naqueles anos em que tinha maior folga orçamental, com aquelas receitas das provas internacionais, admito que tenha feito algum investimento, mas seguramente que a maior parte do investimento que lá está, é investimento público e, portanto, é sinal de que a Câmara Municipal, o executivo da altura, atribuía uma grande importância ao desporto automóvel e, portanto acho que é completamente injusto vir para aqui dizer que só agora é que a Câmara atribui a importância devida ao desporto automóvel em Lousada, porque os factos demonstram claramente que não é assim. Depois referiu também que devia haver uma discussão pública. Acho que devemos fazer uma discussão pública, mas a seguir à discussão pública não podemos fazer um grupo de trabalho, uma comissão técnica e andarmos aqui entretidos, porque este assunto tarda em ser resolvido e é urgentíssimo resolvê-lo. Inclusivamente, o clube automóvel recebeu uma intimação do proprietário do terreno, em que lhe foi dado um prazo para a resolução do problema. E, portanto, o assunto pode e deve ser discutido, mas sobretudo tem de ser decidido, tem de ser resolvido. E, parece-nos que a proposta que nós preconizamos que é adquirir aquilo que é o terreno atualmente ocupado pela pista e prescindir do paddock atual, cuja área seria incluída nesse projeto de urbanização, e em sua substituição, adquirir o terreno a norte da pista de outro proprietário da Casa da Costilha, cujas negociações também estão muito bem encaminhadas, conseguindo adquirir uma área bem superior àquela que é atualmente ocupada pelo paddock. Com isso, resolve-se aquele problema de existir uma via que separa a zona de paddock e a zona da pista, portanto, ficava toda a área contígua e ficava com a dimensão necessária para as provas internacionais, porque obviamente, um investimento destes não pode ser só para as provas caseiras, tem de ser um investimento que seja adequado para que Lousada possa legitimamente reclamar a realização de provas internacionais. Tivemos, obviamente, o cuidado de ver quais os requisitos necessários, não só no que respeita à pista, mas também relativamente àquilo que é o paddock. E isso não é de agora. Já tem inclusivamente alguns anos. Tivemos cá o promotor do Mundial de Rallycross, talvez já há 3 ou 4 anos. O que eu lhes posso dizer? É que as coisas não são assim tão simples, ou seja, para ter provas internacionais, sobretudo as mais interessantes como é o caso do Mundial de Rallycross, não basta Lousada vir a ter uma pista com todas as condições e com todos os requisitos que os promotores das provas internacionais exigem. Depende muito da equação financeira. Estas provas

lcasta
N
15-8

custam muito dinheiro, mas pelas contas que fizemos e pela receita que é expectável numa prova destas, vale a pena. Mas não basta fazer um projeto e mostrar aos promotores para aprovarem e garantirem que se vão fazer essas provas. Não é assim que funciona. Neste momento, a nossa preocupação deve ser a de ter o cuidado de, ao desenvolver o projeto, ter condições para que cumpra com aquilo que são os requisitos e as especificações técnicas adequadas à realização desses grandes eventos. Isso é óbvio e o nosso projeto parte desse princípio basilar. -----

Acho estranho e lamento que ao fim de muitos meses de negociações e numa altura em que nós estamos muito próximos de chegar a acordo com os dois proprietários que venham agora querer encetar um problema e confesso-vos que fico com a clara ideia de que estão preocupados, porque este executivo municipal vai conseguir resolver mais um problema, porventura daqueles que eram mais graves e que mais preocupavam a nossa população. E, agora que estamos mesmo quase a conseguir resolvê-lo, há que criar ruído, há que meter areia na engrenagem. É a sensação com que eu fiquei, porque acho estranho, já falei nisto N vezes e nunca vi ninguém a levantar problema nenhum. Aliás, eu lembro-me que ainda há dias, ou melhor, há meses, quando se fez na pista a última prova das 6 horas, o apresentador colocou-me essa questão e eu dei nota do que estávamos a fazer, com mais ou menos pormenor. Dei nota daquilo que está a ser feito e não vi contestação de ninguém, muito menos de pilotos, o que não quer dizer que não haja um piloto ou outro que possa ter outra opinião, que é legítimo. Agora, é como eu digo, há vantagens e há inconvenientes, numa e noutra solução. A única reclamação que nós tivemos, relativamente àquilo que é o atual funcionamento da pista naquele local, não tinha que ver com as provas. Teve que ver com o karting que há uns anos, sobretudo no verão, estava a funcionar já umas horas tardias, até que alguém se queixou. E, na altura o Clube Automóvel corrigiu isso e nunca mais houve o problema de ruído. E depois houve, mais recentemente, alguém que se queixou por causa do pó, não propriamente das provas, mas de uns treinos que andavam lá a fazer na altura do verão, mas ao desenvolvermos o projeto será um dos cuidados a ter, para que haja um equilíbrio e não haja esses problemas de incomodidade no futuro. Eu gostava de perceber melhor qual é, afinal, a posição da Coligação, porque ao fim deste tempo todo e depois de muitas horas de trabalho, muitas reuniões sobre esta matéria e sempre com grande transparência, porque eu nunca escondi o que estávamos a fazer, virem agora ao fim deste tempo todo e numa altura em que nós temos o dossier praticamente pronto a ser fechado, virem levantar agora esta questão, é no fundo rasgar o trabalho que está feito e baralhar e dar de novo. Dá a clara sensação de que estão preocupados porque vamos conseguir resolver mais um problema que afeta o nosso concelho.» -----

lcastro
N
castro

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

leash

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

NE
PSD

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, demais elementos que compõem a Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, excelentíssimo Público, Comunicação Social, habitualmente presente. Eu decidi usar da palavra aqui neste ponto, precisamente em consequência às duas intervenções que fez, o Dr. Leonel Vieira, sobre duas questões e até uma coisa muito rápida e muito simples. -----

Em primeiro lugar, relativamente às propostas que o PSD e o CDS em conjunto, fizeram ao cabeça de lista proposto pelo Distrito do Porto pela Coligação AD. Eu acho muito bem, podem cá vir à feira, podem fazer campanha, mas têm de levar com as propostas e tem que dizer se concordam com elas ou não. E, sinceramente, Sr. Presidente e, peço-lhe desculpa, mas eu não percebi a resposta do Sr. Presidente destas propostas. Primeiro, ninguém fez nenhuma pergunta sobre estas propostas. Segundo só apresentaram propostas que são de acordo com a Câmara Municipal. Terceiro, achei que ia ficar feliz, que ia agradecer e que ia dizer, parabéns. Não, passou aqui dez minutos a tentar dizer que afinal foram copladas pelo Sr. Presidente de Câmara e que até nem precisa deles para nada que já está tudo feito, está quase feito e garantido, nomeadamente o financiamento. Bem, sinceramente, acho que tinha de fazer este reparo, porque provavelmente também já transmitiu ao vosso candidato a Primeiro-Ministro, mas obviamente que são medidas interessantes e, até são medidas que estamos todos de acordo. E, portanto, quero felicitar o Leonel por isso porque teve bom senso de não propor uma pista de autocross em Lustosa, não é, porque pelos vistos, isso não era de acordo de todos nós. Mas, relativamente às que foram propostas, acho que o Sr. Presidente de Câmara devia apenas pronto, muito bem, parabéns, obrigado, cá estaremos e se precisamos do apoio estamos em consonância. -----

Relativamente ao posto médico, ou Centro de Saúde do Mezio, bem aí foi pior porque eu acho, Sr. Presidente, não tem jeito para fazer esses filmes que fez agora, a sério, acho que não tem. Esta coisa de dizer, há, pois vocês queriam, agora não querem, até nem percebo o que é que querem. Bem, o senhor sabe perfeitamente que foi a Coligação Acreditar Lousada, aliás, foi das matérias também em que estiveram de acordo nas últimas eleições autárquicas. E, foi das matérias em que mais se evidenciou na última

campanha eleitoral, foi a necessidade de um Centro Médico naquela área do concelho. Eu estou à vontade porque é naquela área, mais ou menos que eu também tenho residência, sinto e percebo que temos esse problema. Portanto, mais a Coligação Acreditar Lousada, até referiu mais em campanha eleitoral indicou e propôs que fosse em Nevogilde. Não sei se foi coincidência ou se não sei, mas também é verdade. Agora, na última Assembleia Municipal, julgo que não estou a cometer nenhum erro, na última Assembleia Municipal, eu acho que foi também pelo Leonel Vieira, foi aqui colocada a questão e o problema do Centro de Saúde do Torrão, da vila. E, na altura, o senhor Presidente, disse, o que disse hoje e o que já está na ata que eu também vi na reunião de Câmara que foi, isto não estica, temos aquele valor e, portanto, esta é a prioridade e nós concordamos. Admito que num debate ou numa discussão interna na reunião de Câmara, que o Vereador do PSD tenha feito, estamos disponíveis, se entender que é muito necessário, podemos aqui encontrar um local ou isto ou aquilo, quer dizer, acho que trazer agora ou colocar a questão, como um ziguezague não sei! Senhor Presidente, desculpe lá, mas é assim, não acho correto isso, mas pronto. Mas esteja à vontade. Só acho quem nos está a ver e ouvir tem o direito de ouvir as duas versões. Então, Sr. Presidente teve a sua e nós temos a nossa. -----

Relativamente à pista de autocross, eu gostava só de esclarecer duas coisas, que me parecem importantes, porque também agora aqui foram, de certa forma, o assunto foi inquinado. Primeiro, fiquei a saber que a decisão do Sr. Presidente da Câmara está tomada. Acabamos todos de saber. Aliás, está quase já no final do processo. Segundo, que eu me lembro aqui na Assembleia Municipal, nunca foi debatido este assunto. Nunca houve debate sobre isto. Nunca nos foi pedido opinião sobre isto, pode ser afluído, mas falou-se até a propósito do plano orçamento de um conjunto de investimentos e neste também se falou. Mas, agora eu sinceramente, nem sequer que é outra questão, defender neste momento se fica ali ou se optamos por um novo projeto fora daquele local. Eu acho que este não é o foco. O foco neste momento era que houvesse aqui uma auscultação um pouco mais alargada, porque as pessoas não sabem disto. Senhor Presidente, acredite que não sabe. Senhor Presidente, falou naquele edifício que tem as pinturas bonitas, mas provavelmente todas as pessoas que lá moram não sabem que vai ficar a pista, não sabem. Eu acho que não sabem. E, portanto, acho que se houvesse uma discussão pública, com objetivos, com prazos concretos, com um tempo, nem que fosse 30 dias, mas se houvesse pudesse fazer um pequeno auscultação sobre este assunto, eu acho que era importante. Era importante para o Município, era importante para a Associação, para Automóvel Clube e era importante para todos os lousadenses. Depois, há aqui uma outra questão que também acho que é importante, nós enquanto autarcas eleitos, devíamos debater que é, há pouco quando se falou aqui, o Dr. Leonel falou aqui num conjunto de bens ou de serviços que podiam passar a servir de âncora, complementares a uma nova pista, se fosse esse o projeto ou a solução. Aquilo que nós sempre defendemos é que efetivamente nós, Lousada e

Castro
A
M

todos os concelhos para futuro vão ter de evoluir para esta área, para uma área onde têm novas áreas comerciais, de restauração, de hotelaria, por aí fora... Não é a Câmara que vai fazer isso. Vocês não perceberam isso quando ele falou. Eu acho, não é Câmara que vai fazer. A partir do momento que haja ali uma pista, a partir do momento que haja licenciamento disponíveis para aquela área se projetar e, se construir determinadas tipo de serviços, a partir do momento que naquele local se possa ser destinado pelo Município como área de lazer, de noturno e por fora para futuro, quando muito poderia haver um museu, o museu de automóvel ou uma outra que fosse patrocinado pelo Município ou até patrocinado a captação de investimento por parte do Município para alocar àquele local. Mas isso é uma discussão que se deveria ter, depois de se ouvir, se vale a pena ou não, nós crescemos para o futuro, para ter uma área no concelho com outras valências alicerçada naquela chamada âncora da pista. Portanto, isto é um debate que eu acho que merecia que todos tivéssemos, até de boa-fé, não acho que não tem de haver aqui grande bandeira política, porque a bandeira política é termos uma pista, é termos desporto automóvel. Essa é que é a bandeira política. Agora se ali ou ali e, se for perguntar aos cafés e restaurantes que ali estão como é evidente, eu para ser popular ali, vou lá dizer que defendo que ela não deve sair dali. Isso é óbvio, isso é óbvio, não é! Agora, em termos autárquicos, devemos pensar, meditar, o Sr. Presidente de Câmara, pode me dizer, fui eleito para decidir, é verdade, isso não está em causa. Mas acho que se devia ponderar e, acho que um debate muito interessante, era esse debate público sobre: deveria o Município ou não deveria aproveitar este projeto âncora, que é a pista de automobilismo para criar uma nova área de lazer e, de serviços e uma outra forma de estar no concelho, fora da centralidade do concelho. Aliás, é um debate que houve muito a propósito dos bombeiros, está ali o Sr. Presidente, sabe disso, se ficava no centro, se podia sair, se não podia sair, se pode ficar mais à beira da padaria, se pode ficar mais longe. Mas é um debate, que tem de ser feito e tem de se decidir. Aliás, vocês têm um líder que dizem que não arrasta os pés, não é... Portanto, nós não temos de arrastar os pés. Temos de decidir como ele diz, agir, fazer, Portugal inteiro, portanto, é isto que tem de ser feito, não é? É preciso debater estas coisas. Agora, o Sr. Presidente ficou muito indignado, só para terminar, quando Dr. Leonel disse, isto é feito num qualquer gabinete. Isto é uma forma de dizer que é o Presidente de Câmara e o seu executivo, analisa, estuda, negocia, faz e, depois propõe, um ato de consumado. É isto que se quer dizer, não se pense outra coisa, não é, julgo eu. É isto que se pensa. Portanto, quando o próprio executivo, os vereadores da oposição, isto nunca foi levado para eles debater, nunca foi colocado, nunca foi pedido uma opinião sobre isto. Aqui à Assembleia, os deputados à Assembleia, eu acho que não me lembro de ter sido pedido uma opinião sobre isto. Este é um projeto, pela importância e pelo futuro que representa para o concelho, que merecia ter uma amplitude e um debate mais forte, mais participativo e, vemos os prós e os contras, porque obviamente há uma coisa que eu concordo com o Sr. Presidente, vai haver

lcastri

NE
15/2

sempre pós e contras, uma solução e a outra. Mas acho que devíamos debater isto, devíamos pensar nisto e depois, então trazíamos aos problemas do ambiente, do ruído deste, daquele e do problema de investimento da nova e todos os predicados que são necessários. Disse, obrigado. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Duas perguntas à Mesa, Sra. Presidente da Assembleia, eu gostaria de saber porque é que as atas do executivo do mês de janeiro não foram entregues aos deputados da Assembleia? E, gostaria também e é uma proposta que agora faço que, a propósito da intervenção do Sr. Presidente de Câmara, quando referiu que um vereador, neste caso, o Dr. Carlos Nunes, numa reunião do executivo, pôs em causa a construção do Centro de Saúde do Mezio, dando a entender, segundo disse o Sr. Presidente, que a Coligação mudou de opinião. Eu, proponho aqui que a Sra. Presidente da Mesa, agora mesmo desenvolva esforços para que a ata de 15 de janeiro, presumo eu que foi a ata de 15 de janeiro da reunião de Câmara, no ponto em que interveio, o Dr. Carlos Nunes, a propósito do Centro de Saúde Mezio, seja aqui, lida, hoje, ainda, para que se prove que a Coligação Acreditar Lousada, não mudou de opinião ao contrário do que aqui proferiu hoje o Sr. Presidente de Câmara. Aqui fica a proposta.» --

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAS, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente, a propósito dos pontos da agenda, eu queria, é um preciosismo, mas acho que fazia sentido corrigir que é, quando vem aí sempre aprovar, tem o ponto e depois aprovar. Eu acho que deve ser a votar, porque pode não ser aprovado.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente, eu peço desculpa, mas ainda referente à questão da ata, eu não pedi ao Sr. Presidente de Câmara para me ler a ata. Eu pedi à Mesa da Assembleia que nos disponibilizasse a ata e, não percebo porque é que não foi disponibilizada já para esta sessão. E queremos Sra. Presidente que a Sra. Presidente ou um dos Secretários, faça o favor de nos ler a ata no ponto que eu referi, para nós aqui podermos ter a certeza do que foi dito nessa reunião de câmara. E, não é o Sr. Presidente de Câmara que nos vai ler a ata, porque eu não solicitei a intervenção do Sr. Presidente de Câmara, para já. Muito obrigado.» -----

----- **Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** «Mas a questão é de quem lê?! Não há problema, porque nós podemos ler aqui na Mesa, tenho só de pegar nos meus óculos. Deixe-me só colocar a questão, porque vamos já disponibilizar a ata, por acaso, foi um lapso, mas vamos disponibilizar para cada um de vocês. Entretanto, Sr. Presidente, se me facultar, por favor, a intervenção do Sr. Carlos Nunes, é isso, que faça aqui a leitura: -----

lcastro
ne
13/1

-- "«O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu: "Queria fazer uma partilha. Para quem acompanha a discussão política e para quem acompanhou também a última Assembleia Municipal a questão do Centro de Saúde do Mezio foi um tema de debate, nomeadamente com a Coligação Acreditar Lousada, na intervenção do Leonel Vieira, a defender a construção de um Centro de Saúde no perímetro da Vila e um novo Centro de Saúde área do Mezio. Ouvindo também a intervenção do Senhor Presidente, dizer que é extremamente difícil, e já foi quase que um esticar de corda atingir aqueles quatro milhões de investimento para a requalificação dos centros de Saúde, prevendo também aqui a construção do Centro de Saúde do Mezio. Aqui a partilha é apenas um contributo, não que pretenda alimentar polémicas ou discussões políticas, mas seria uma proposta, uma ideia que poderia ficar num equilíbrio intermédio, isto é, é óbvio que o terreno adquirido para o Centro de Saúde do Mezio já está consumado. Essa localização também já está prevista mas, porventura, uma localização que fosse mais próxima do perímetro da Vila e pudesse servir não apenas as necessidades atuais do Centro de Saúde de Lousada, mas também as necessidades futuras, uma vez que se perspetiva um crescimento demográfico na área da Vila e, uma localização que fosse, eventualmente, em Cristelos, mais próxima do perímetro da Vila e que ao mesmo tempo satisfizesse as necessidades das populações do Mezio, poderia, eventualmente, fazer sentido. Não sei se agora ainda vamos a tempo, creio que sim, creio que esta podia ser uma solução de um equipamento não para hoje, mas pensado para amanhã? Era este o contributo que queria dar." -----

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte: "Nós não podemos gerir assuntos de importância crucial, como é este, de uma forma impulsiva, em que hoje é uma coisa e amanhã é outra. Acho essa proposta muito estranha, porque a própria coligação estava de acordo connosco. Aliás, na última campanha eleitoral foram colocados naqueles terrenos que, entretanto, adquirimos, dois outdoors, um do PS e outro do PSD, a propor a construção de um Centro de Saúde para dar cobertura àquela área do Mezio. Para nós é essencial a proximidade na prestação dos cuidados de saúde. Parece-nos que aquela área territorial, por si só, tem população mais que suficiente para justificar um serviço de proximidade. E, portanto, o terreno foi comprado nesse pressuposto e com essa estratégia. O aviso que foi publicitado veio no mesmo sentido, de acordo com a definição atempada das prioridades e, portanto, está fora de causa alterar isso, por uma questão de estratégia. E mesmo que nós quiséssemos alterar essa estratégia, que na minha opinião seria errado, não teríamos sequer tempo para o fazer, porque a ideia é encurtarmos prazos, é sermos céleres para conseguir executar o PRR. Relativamente ao Centro de Saúde aqui do centro, naturalmente, que eu também preferia que houvesse um novo edifício, construído de raiz, e ele até poderá vir a existir, no futuro. Se a nossa tendência de crescimento se mantiver, provavelmente vai ser inevitável daqui a alguns anos um novo edifício. Essa questão foi colocada e ponderada com a Saúde, pois também preferíamos construir um edifício de

raiz aqui no centro. Mas para isso ser possível teríamos de abdicar da construção do novo centro de saúde do Mezio. -----

A principal limitação do edifício no Centro de Saúde de Lousada é a questão da falta de espaço. Naturalmente, tem outras limitações, desde logo em termos de acessibilidades e estacionamento, sabemos disso, mas a principal lacuna é a falta de espaço. Ora, com a construção do novo Centro de Saúde do Mezio, este problema vai ficar resolvido, porque uma parte substancial das listas passará a ter resposta na nova unidade do Mezio. Confesso que no início esta nossa ideia mereceu algumas reservas por parte do ACE's, porque tinham dúvidas que se conseguisse fazer isto de uma forma pacífica, porque sempre que se mexe com listas e com os locais de trabalho dos profissionais de saúde é sempre muito difícil. Portanto, havia ali um receio da Direção do ACE's de que não fosse fácil nós motivarmos as equipas médicas e os funcionários para essa necessidade de virem a ocupar outro espaço. Isso foi aceite de uma forma muito pacífica, até com muito agrado por parte desses profissionais, porque sabem o que está em causa, que é um edifício de raiz, com todas as condições e, sobretudo, a preocupação muito grande de prestarmos melhores cuidados, com outras valências, que neste momento não é possível por ausência de espaço. Com a libertação desse espaço no atual Centro de Saúde de Lousada, nós vamos ter condições para ter ali outro tipo de serviços e vamos ter também, no âmbito do PRR, uma verba suficiente para a sua requalificação. Nós fizemos umas contas quando começamos a tratar do projeto e pareceu-nos que aquele valor que estava em cima da mesa ia ser muito escasso para aquilo que é necessário fazer naquele edifício. Esse problema, aliás, foi sinalizado não só no Centro de Saúde de Lousada, mas também no Centro de Saúde de Meinedo e conseguimos um reforço nas dotações para essas duas requalificações. Já foi publicado um segundo aviso, com essa correção. Mas esticamos até ao limite e não temos condições para conseguir mais. No futuro, se se mantiver esta tendência de aumentar a resposta daquilo que são os cuidados de saúde primários com mais valências, com mais serviços, é um desafio que, no futuro, tem de ser superado. Neste momento, parece-nos que esta é a decisão mais acertada. Estou convicto, a cem por cento, de que esta é a melhor solução." -----

O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira acrescentou: "Há uma questão que é relevante, antes de partirmos com esta ideia, o que nos foi dito foi: O que é que vocês optam? O que é que vocês acham? O que nós decidimos foi um novo edifício no Mezio porque não existe cobertura geográfica na zona. Também foi analisada a proveniência dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Lousada Centro. O que nós percebemos é que havia milhares de utentes que eram daquela corda e outros, na senda daquela liberdade que as pessoas têm de escolher o Centro de Saúde que querem, mas havia e há um elevado número de pessoas mais dispersas por todo o território que afluem ao centro. Construindo o Centro de Saúde do Mezio e melhorando as instalações, ampliando o de Meinedo, englobando a USF de Caíde de Rei e de Lustosa que também vai ser ampliado, eu julgo

que as pessoas vão ter equipamentos de qualidade naqueles locais e vai esvaziar, de uma forma mais significativa, o centro de Saúde de Lousada Centro. Também me parece bem a construção de um novo Centro de Saúde aqui no centro, haja no futuro recursos para isso.” -----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu: -----

“Eu queria acrescentar, esta intervenção que fiz não retira a proposta da Coligação Acreditar Lousada que sempre defendeu, inclusivamente um programa eleitoral, o Centro de Saúde do Mezio. A intervenção que faço é mais contextual, de acordo com as intervenções políticas recentes tidas na Assembleia Municipal. Obviamente que, havendo recursos para a edificação do novo Centro de Saúde na área da Vila e outro na área do Mezio, siga por aí. Agora, reconhecendo o contexto da abordagem política de que não há recursos, a intervenção que faço era uma situação de prever aqui uma perspetiva de futuro de acordo com aquilo que é a evolução demográfica estimada para o perímetro da Vila. E isto aplica-se não apenas à área da saúde, mas também aplica-se à área da educação e outras áreas. Cada vez mais as pessoas procuram serviços de proximidade e o que é certo é que cada vez mais as pessoas estão a ir para a área da Vila em detrimento das nossas freguesias limítrofes. Isso vai-nos colocar aqui, obviamente que podemos incrementar aqui estratégias de tentar fixar as populações nas freguesias, mas, a realidade que se apresenta é esta é cada vez mais tendência a densidade colocar-se na área da Vila. ----- E isso vai-se notar, tem-se vindo a notar e vai-se notar cada vez mais, por exemplo, na área da educação. Sim, nós sabemos que estas escolas, no perímetro da Vila já estão lotadas, já atingiram a sua capacidade máxima. As escolas que estão aqui no perímetro da Vila já estão praticamente, enfim, também na sua capacidade máxima. Aliás, na visita que fizemos à Escola da Boavista, verificamos que no próximo ano letivo pode-se apresentar um problema com uma turma. E o mesmo, porventura, acontecerá noutras escolas, portanto é esta a realidade que temos no ponto de vista de gestão.» Era isto que pretendia.» -----

----- Pelas 22h43min, saiu definitivamente da sala, o Membro Municipal, **ARMANDO DA COSTA E SILVA**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), da Coligação Acreditar Lousada. ---

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAS, da Coligação Acreditar Lousada:** «Basicamente, acho que é importante reforçar o seguinte, foi importante ler ata, quero agradecer à Sra. Presidente pelo ter feito, sobretudo por ter lido toda, porque a determinada altura a meio da ata parece que as coisas tinham descambado, mas não. Efetivamente, foi basicamente o que eu disse, ou seja, a Coligação Acreditar Lousada sempre defendeu e, sabem bem disso, a construção e a criação de um novo Centro de Saúde na área do Mezio. Houve tempos que se dizia que era impossível, que não havia hipótese. Pelos vistos, agora

mesmo com o PRR e com todos os apoios existentes conseguiu-se ali na tangente, mas conseguiu-se, isso é bom, é positivo. Agora foi o que eu disse aqui há pouco, quer dizer o Sr. Vereador quando diz e eu tinha dito isto, porque eu estive na última Assembleia e houve este debate aqui iniciado e incitado pelo Leonel Vieira, da questão do problema do Centro de Saúde do Torrão, em que se falou aqui na necessidade e o Sr. Presidente tinha argumentado que também acha que sim, mas que tinha que fazer opções e, que as coisas são o que são, o dinheiro não estica, não dá para tudo e, portanto, eu julgo que aqui houve até um consenso aqui na Assembleia Municipal sobre isso e, pronto efetivamente temos primeiro e também concordo com outra coisa que acho que, sinceramente, que retirando utentes daqui sob esse ponto de vista de número de utentes ou de número de pessoas vai melhorar, obviamente, a situação central. Mas isso não resolve o problema do local em que está hoje por toda a envolvência que está aquele Centro de Saúde. Mas não há hipótese, não há hipótese. Julgo que, portanto, a proposta ou a disponibilidade para debate, aliás, como é dito na própria ata, como está escrito na própria ata, para a título de, não até de proposta, mas de debate e de reflexão que estavam disponíveis para isto, não me parece que isto seja aqui um zigzague um defender de A em vez de B ou de B em vez de C. Foi por isso que há bocadinho disse um pouco em tom de brincadeira, mas disse, Sr. Presidente, não tinha jeito para este tipo de filmes, porque realmente não é a realidade. Relativamente à questão de as propostas reiterar o seguinte, efetivamente, são propostas que foram feitas e preocupações que foram feitas pela Coligação ou pelo Presidente do PSD junto da Coligação da AD, que nos preocupam. Sei que à Câmara são coincidentes com as da Câmara, obviamente que já podiam não ser hoje problema ainda são paciência. Em muitas alturas levantamos estes problemas, mas nem sempre são ouvidos. Felizmente, são questões que estamos em total de acordo e, portanto, uma vez mais reiterar também aqui e felicitar por se colocar estas propostas para que as pessoas saibam amanhã quando forem governo que terão aqui os Autarcas do concelho de Lousada a lembrá-los do compromisso que tiveram junto destes Autarcas e destes partidos políticos quando visitar. Disse.» -----

-----Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada: «Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados. Ainda bem que ele ata foi lida conforme sugestão, porque efetivamente se provou que o PSD, a Coligação na pessoa do Dr. Carlos Nunes, não mudou de opinião. Continuamos a defender a construção do Centro de Saúde no Mezio, como sempre, e também a construção de um novo Centro de Saúde aqui na Vila, quando efetivamente for possível. Também dizer o seguinte, Sr. Presidente da Câmara, ainda quanto à minha intervenção a propósito do desporto automóvel, em Lousada o seguinte, já percebi que o senhor não está muito interessado na discussão do assunto. Já percebi que interiorizou a ideia de quer comprar os terrenos da Costilha para ali manter a pista de autocross, a pista de automóveis. Eu ainda não lhe disse qual era

a minha opinião, eu apenas me limitei a formular aqui uma proposta de discussão pública após ouvir um conjunto de intervenientes do desporto em Lousada. E julgo o assunto merece ser discutido, o assunto merece ser abordado por todos nós, com responsabilidades políticas e com responsabilidades autárquicas. Não podemos limitar a Pista da Costilha apenas à pista em si, tem de ser muito mais do que isso. Temos de ter outra visão, temos de ter novos olhares diferentes para o desporto automóvel e perceber qual é efetivamente a melhor solução. Se vamos adquirir os terrenos onde está a atual pista ou se devemos nós, Câmara Municipal, adquirir terrenos noutra local, com outras potencialidades, com outras possibilidades de fomentar o desporto automóvel em Lousada e, como âncora o desporto automóvel, ser também desenvolvimento para o concelho noutras áreas. Quero lhe dizer, Senhor Presidente de Câmara, que se porventura a Câmara Municipal, os senhores não estiverem disponíveis para promover a discussão pública. Ficam desde já saber que a Coligação Acreditar Lousada irá promover um debate Público sobre o futuro do desporto automóvel em Lousada. E para percebermos se efetivamente e decidirmos, melhor dizendo, sugerindo ou não à Câmara Municipal, se efetivamente aquele local, a Pista da Costilha, ou seja, a Costilha local onde se encontra a atual pista é ou não a melhor solução. Vamos, seguramente de forma fundamentada, apresentar aqui um dia destes ao Sr. Presidente de Câmara, o mais breve possível a posição da Coligação, depois de ouvir os intervenientes, depois de uma discussão pública. Senhor Presidente, terminado este assunto, permita-me um outro. É público que a Associação Desportiva de Lousada está num impasse diretivo. Há negociações entre a Câmara Municipal e a Associação Desportiva de Lousada, parece que está difícil, a Câmara Municipal e ADL chegarem a um acordo quanto ao rumo, quanto ao futuro a seguir pela Associação Desportiva de Lousada. Sabemos que mais de 400 jovens atletas frequentam a formação desportiva na ADL, na formação do futebol envolve muita gente. É importante que a direção funcione. É importante que haja uma equipa de dirigentes ativa a funcionar e também é importante para Lousada que a Câmara Municipal e os dirigentes da ADL, cheguem a um acordo. Lousada precisa que ADL seja cada vez mais uma referência no desporto. Gostaria Sr. Presidente e, julgo que todos nós de sabermos o que é que realmente se passa? Quais são as dificuldades de entendimento entre a Câmara Municipal e a Associação Desportiva de Lousada? Porque a Associação Desportiva de Lousada é importante para todos nós, julgo eu e gostaríamos de saber o que é que está a acontecer para que este impasse diretivo esteja em cima da mesa, segundo nos dizem, por dificuldades de entendimento entre estas duas entidades. Gostaria que nos dissesse algo sobre este assunto? Entretanto, um outro assunto, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Deputados, a Coligação Acreditar Lousada, entre os dias 15 e 20 do corrente mês de fevereiro, visitou a freguesia de Lodaes, ouvimos a população e instituições. Lodaes, como sabem, beneficia de uma invejável centralidade e de boas acessibilidades, próxima da autoestrada e da estação de caminho de ferro. A proximidade,

lcastn
NL
des

a estas infraestruturas têm apenas permitido que a freguesia se torne cada vez mais um dormitório. Há muito que a Câmara Municipal de Lousada, entendemos nós, deveria ter tomado medidas para, por exemplo, ali ter construído uma zona industrial que permitisse a fixação de empresas e criação de postos de trabalho. Uma das queixas que nos foram reportadas pela população é a falta de respostas sociais na freguesia para os cidadãos mais idosos. No decorrer da visita constatamos que é necessário que a Câmara Municipal intervenha em diversas áreas para solucionar vários problemas, principalmente na área da mobilidade, segurança rodoviária e eletrificação das vias públicas, a saber. Concluir a eletrificação da estrada desde a ETAR ao lugar de Sousa. E deve a Câmara Municipal junto do IP (Infraestruturas de Portugal), de forma urgente reivindicar a eletrificação da variante à estrada nacional 106, principalmente no perigoso entroncamento com a rua de Lamas e na saída para Santa Isabel, bem como a eletrificação da rotunda de Santa Isabel. Nestas duas saídas e entradas para a variante, está em causa a segurança das pessoas. Hoje urge exigir ao IP que assuma as suas responsabilidades. Em termos de mobilidade ainda e também acionando contactos junto da IP, Infraestruturas de Portugal na estrada nacional 106, mais precisamente na Avenida de Sequeiros, é necessário proceder-se à construção de passeios pedonais, colocação de uma passadeira para peões junto ao novo colégio de Bairros, bem como a construção de uma rotunda no entroncamento com a Rua da Ponte. Estou a falar da estrada para Paredes. Ainda na variante 106, é urgente a colocação de um reforço de segurança no gradeamento do viaduto na Avenida de Roupá. Na rede viária entendemos que é necessária a repavimentação da estrada desde a sede da Junta de Freguesia de Lódares até à estrada Nacional 106, em Sequeiros. Entendemos que a Câmara Municipal de Lousada e a Junta de Freguesia de Lódares devem ponderar a possibilidade de colocar lombas na Avenida da Planície, junto à sede da Associação Desportiva e Cultural de Lódares. Verificámos que muitos sinais de trânsito estão danificados e precisam de ser substituídos. Outro problema na Rua das Taloeiras, quando chove bastante, a conduta de saneamento drenam resíduos para a via pública e para as casas próximas, o que significa que as águas pluviais em algum sítio estão a entrar na rede de saneamento, com prejuízo para o Município. É uma situação muito desagradável para os cidadãos que ali residem. Há que investigar e agir. No decorrer da visita à freguesia de Lódares, reunimos com a direção da Associação Cultural e Desportiva de Lugares. Esta é uma instituição com história, mas também com futuro, desenvolve atividades culturais, recreativas e desportivas. Dispõe de uma secção de música com grupo de Cavaquinhos, mas a atividade principal é a prática de futebol, essencialmente na formação, com mais de 30 jovens atletas. No futebol também tem equipa sénior e de masters. Um dos principais problemas da direção é a falta de condições para a prática desportiva e para as competições, pois têm de jogar em campos de futebol emprestados. Mas como é Público este problema vai certamente ser resolvido brevemente com a construção de um novo campo de futebol

leostno
M
L

com relva sintética junto à ETAR. Esta obra que está prometida há mais de 20 anos, resulta das negociações, contrapartidas aquando da construção da ETAR junto ao Rio Sousa. Lamentamos apenas que a promessa tenha demorado mais de 20 anos para ser cumprida. Agora que está decidido, esperamos que brevemente o parque desportivo seja uma realidade. Entretanto, Sr. Presidente, espero que a direção da Associação Desportiva e Cultural de Lodares seja ouvida na elaboração do projeto e no desenvolvimento da obra, o que ainda não tinha acontecido até ao dia 15 do corrente mês. A direção desta associação merece mais apoio da Câmara Municipal e, obviamente, também da Junta de Freguesia. Senhor Presidente da Câmara, quero chamar a atenção de Vossa Excelência para um problema de saúde pública. Na visita a Lodares quando passávamos junto ao centro escolar, verificamos que o ringue desportivo coberto está transformado num pombal. O piso do espaço desportivo é um depósito de dejetos, local onde as crianças praticam desporto e onde permanecem nos tempos livres. E, pelo que nos foi dito, esta situação arrasta se há muito. É urgente resolver esta situação. Está em causa a saúde da comunidade escolar, de Lodares, disse.» -----

Castro

de
de

-----Resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO

MACHADO: «Muito bem, queria agradecer à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, porque já respondeu aquilo que eu tinha para responder. Que era basicamente repetir aquilo que disse naquela reunião de câmara. Essa ata, se não está, vai estar disponível no nosso site e depois, quem quiser aprofundar, basta ler e tirar as suas conclusões. Mas para essas conclusões serem o mais fidedignas possível, é necessário recuar à última Assembleia, onde o Sr. Deputado Leonel Vieira defendeu que se deveria construir um novo edifício para o Centro de Saúde de Lousada, aqui no centro. Até indicou um terreno que é da Santa Casa da Misericórdia. Não sei, se estava mandatado para isso, ou não, mas é este terreno aqui junto ao Mercado Municipal e à Feira. E, portanto, a outra intervenção do Sr. Vereador, no fundo, vem dizer que não havendo condições para se construir um de raiz aqui e um de raiz na zona oeste do concelho, porque não uma localização intermédia? Faz sentido do ponto de vista teórico, de lógica, mas é completamente fora de tempo. Foi o que eu disse, é fora de tempo. Vocês tiveram a vossa oportunidade de falar e, portanto, agora tenho a minha, vocês têm de respeitar. Portanto, do ponto de vista da lógica, é óbvio que se não há recursos financeiros para fazer dois edifícios de raiz, se, porventura, fizéssemos um num local intermédio, poderíamos dar resposta aos dois. O que eu disse e digo é que nós tínhamos um compromisso de prestar cuidados de saúde primários de proximidade e, portanto, que aquela zona do concelho tinha população mais que suficiente para ter um Centro de Saúde e, portanto, o que eu disse na altura, e por isso é que eu falei em ziguezagues, é que, sobretudo, depois de termos compromissos firmados, de terrenos adquiridos, que era completamente fora do tempo, não fazia sentido. Mas depois quem tiver curiosidade lê as atas e tira as suas conclusões e, portanto, nessa matéria, eu não tenho mais nada

acrescentar. -----
Relativamente às intervenções do Sr. Deputado Leonel Vieira e começando aqui pela questão da pista. Eu diria que nessa discussão pública sobre o futuro do desporto automóvel de Lousada vai haver unanimidade de voltarmos a ter provas internacionais, que é aquilo que mais se pode desejar para quem gosta de desporto automóvel. O resultado vai ser sempre esse, é nós termos aqui novamente provas internacionais, o europeu e de preferência também o mundial. É a cereja no topo de bolo. É isso que qualquer amante do desporto automóvel vai defender. A grande questão é a localização da pista. Essa é que é a grande questão, portanto, não é propriamente o futuro do desporto automóvel que interessa na discussão pública. É a localização da pista e outras valências que se possam associar. Embora todas as valências que nós queiramos associar têm uma componente de custos que têm de ser devidamente acautelados. Eu, há pouco, não referi o outro problema que existe, é que se se nós quisermos pensar em localizações alternativas, a primeira coisa que é preciso pensar é se faz sentido que seja muito distante da Vila. Pode ser em qualquer local do concelho? Poder, pode, mas tem claramente inconvenientes. Agora, mais importante do que estar a atirar possibilidades para o ar, é concretizar. E se vocês pegarem num mapa, no Google, na Carta do PDM, o que for, e tentarem encaixar uma área que esteja descomprometida, que esteja disponível, que não interfira em reservas ecológicas, que seja próxima da Vila e eu entendo que é essencial que seja próxima da Vila, vão ver qual é o problema. Não é uma questão do PDM. É uma questão de termos terreno disponível e com características orográficas adequadas e que não tenha condicionantes naturais, porque não é com o PDM que nós vamos dizer que não existe uma linha de água ou que não existe um rio. Portanto, há condicionantes naturais que são incontornáveis que nós não lhe podemos mexer, independentemente das classificações que existam, ou não existam nos PDM's e, portanto, é um exercício que não é fácil. Eu posso-lhes dizer que um dos locais alternativos que nós estudamos foi nas traseiras do complexo, mas a orografia é horrível. Nós chegamos a fazer estudos para esse local, mas não há grandes condições para isso. E fizemos outro estudo do outro lado da autoestrada, quem vai para Lustosa, passamos a ponte sobre a autoestrada e temos aquela zona a seguir ao cruzamento que dá para a Ordem. Aquela zona tinha uma vantagem que no fundo podia permitir também fechar a variante e dava um excelente parque de estacionamento e sem a variante o trânsito funcionava na mesma com as nacionais, mas o problema que identificamos é que para a área que pretendemos, a zona plana não é suficiente e tem lá uma linha de água, tem dezenas e dezenas de proprietários, tem problemas de perigosidade de incêndio, tem um conjunto enorme de problemas. Portanto, era um local que nos parecia que era equilibrado porque, apesar de não estar mesmo no centro, enfim, as pessoas poderiam, com relativa facilidade, fazer a caminhada até ao centro da Vila, para que efetivamente o comércio local possa beneficiar também deste equipamento. Tudo isso foi ponderado, as coisas não foram feitas em cima do joelho e, portanto, nós ponderamos

Lcastro

N
Lcastro

todas as opções. Agora, naturalmente que se fosse indiferente a localização, isso permitiria abrir outras possibilidades, mas nós entendemos que era determinante que fosse no local de fáceis acessibilidades e, portanto, o facto de estar próximo aqui do nó da autoestrada era importante. E, essas soluções alternativas teriam não só os custos dos terrenos, mas também os custos da construção de raiz. -----

Relativamente àquilo que disse de Lodares, algumas das situações estão identificadas e infelizmente ainda não foram resolvidas porque são da competência da IP, outras estão em vias de ser resolvidas, por exemplo, esta questão dos passeios na nacional, na zona de Sequeiros, parece que é desta que vai ser resolvido. Os senhores Presidentes de Juntas, creio eu, já terão recebido os desenhos, o projeto. Nós estamos a ver se conseguimos com a IP que a abordagem seja diferente, porque achamos que esse circuito tem muito potencial, aliás, basta passar lá e vemos pessoas a correr com frequência e é um local muito perigoso pela extensão da reta e pela velocidade que os condutores atingem naquela via. E, portanto, achamos que esta abordagem devia ser mais ambiciosa, com passeios mais largos do que o vulgar metro e meio e, portanto, já sinalizamos isso junto da IP, para além de que achamos que é importantíssimo que haja continuidade, que não haja interrupções. Ou seja, nós recebemos uma primeira proposta e fizemos uma contraproposta com alguns upgrades que têm que ver, sobretudo, com essa continuidade e com a dimensão dos passeios, no pressuposto de que depois com os proprietários e com a ajuda do Srs. Presidentes de Junta, consigamos obter os terrenos necessários para o efeito. -----

Relativamente à falta de respostas sociais, nós continuamos a lutar pelo reforço das respostas sociais, seja em Lodares, seja nas outras freguesias, mas é óbvio que nós não vamos conseguir ter respostas sociais formais em todas as freguesias. Portanto, as respostas sociais têm de ser estruturadas de modo que a área de influência seja razoável em termos também de proximidade, porque, aliás, parte dos serviços até são feitos com recurso a transporte, como é o caso do apoio ao domicílio. Defendemos o reforço de algumas respostas que são insuficientes, nomeadamente a de centro de dia. Uma resposta não formal, como é o nosso projeto dos Movimentos Seniores, pode atenuar essa lacuna e, no caso em concreto de Lodares, nós temos um Movimento Sénior que está a funcionar desde maio de 2023 e está a correr bem. Temos agora também um projeto cuja aprovação recebemos esta semana, do Radar Social. Nos últimos anos, contamos com um apoio para financiar parte das atividades que nós disponibilizamos nos Movimentos Sêniores, mas esse programa acabou. Mas apesar de ter acabado o financiamento, a Câmara está a assegurar essas atividades com recursos e fundos próprios e fizemos uma candidatura para dar continuidade a esse projeto e para reforçar algumas valências, que foi aprovada. Portanto foi um projeto para continuar, para consolidar e para melhorar essas respostas, porque efetivamente, por um lado, não temos ainda uma resposta satisfatória, relativamente àquilo que são as necessidades de Centro de Dia. E, por outro lado, porque também há

*lcastro**nl
12/11*

alguns idosos que preferem uma resposta menos intensa, menos formal e, portanto, sobretudo para a população que ainda tem alguma autonomia esta resposta do Movimento Sénior tem algumas vantagens e vai de encontro também àquela dita tendência europeia de não institucionalizar e, portanto, no fundo, as respostas sociais devem ser só em função do estritamente necessário para aquilo que são as necessidades das pessoas. Depois falou aqui na eletrificação de algumas vias. Nós não podemos eletrificar vias, mas eu percebi qual era sua ideia, portanto, estará a falar de algumas ruas que, porventura, ainda precisam de iluminação pública. Aliás, referiu aqui uma que tenho de ver o que é que se passa porque é uma das reivindicações de longa data da Junta de Freguesia, nomeadamente a questão da Rotunda de Santa Isabel. Acho que havia um problema técnico qualquer com a EDP, vou ver o que é que se passa com isso. A iluminação dos nós de acesso à variante, não só este, mas também os outros, é uma reivindicação antiga com a IP e está ali o Sr. Presidente da Junta de Nespereira e Casais que sabe que ainda não se conseguiu resolver. Quanto à rotunda que referiu junto ao cruzamento do Colégio de Bairros, nós fizemos esse estudo e temos ali um problema de falta de espaço. E, por outro lado, temos tido muita dificuldade de agilizar algumas intervenções que achamos que fazem todo sentido e que a IP teima em recusar. Muitas das vezes parece que querem forçar a transferência de competências dessas estradas. Só para dar um exemplo de algumas dificuldades que temos tido, temos um projeto para construir uma rotunda no cruzamento para Romariz, Meinedo, onde temos espaço e onde faz todo sentido, mas foi dado um parecer negativo. Nós corrigimos o projeto para que haja ali uma intersecção entre os cruzamentos de acordo com o que a IP preconiza e o parecer veio novamente negativo, porque dizem que não há registo de sinistralidade que justifique a construção de uma rotunda. E, o que nós dizemos é que faz sentido, porque é um cruzamento com muito movimento, sem condições de visibilidade. Aliás, convidei a Sra. Diretora Regional para ir ao local e para verificar essas condições de visibilidade de quem vem de Lousada em direção a Meinedo e pretenda virar à esquerda, porque se arrisca a ter ali um acidente e diria que se não há registos de sinistralidade é por muita sorte, porque efetivamente aquilo é um perigo. E, portanto, desafiei-a a vir cá para ela própria poder testemunhar a necessidade daquela obra e o caricato da questão é que nós não estamos a pedir para que a IP faça a obra, porque a Câmara já não está a contar com isso, porque se tivermos à espera que a IP a faça, muito provavelmente tão cedo não temos a obra. No caso em concreto de Lodares, se há local onde faz sentido uma rotunda é esse porque efetivamente é uma estrada muito movimentada e sobretudo nas horas de ponta é um problema, mas há a dificuldade de conseguir ter o terreno suficiente para cumprir com aquilo que são os requisitos técnicos das rotundas. Portanto, há aqui uma série de propostas apresentadas para a variante e a nacional que são infraestruturas tuteladas pela IP. Relativamente às lombas junto à sede da Junta, isso é o velho problema. Não sei se já o disse ou não aqui, mas o Sr. Presidente da Autoridade

Lcastro

N
estp

Nacional de Segurança Rodoviária esteve connosco na CIM, há uns tempos, a celebrar um protocolo de colaboração para que se desse início a um programa de erradicação de pontos negros de sinistralidade. Agora, com a queda do Governo, não sabemos se isso vai ter sequência, ou não. E, falamos da questão das passadeiras sobrelevadas ou lombas e fiquei plenamente convicto que elas vão acabar por ser proibidas. É uma questão de tempo. E porquê? Porque são obstáculos permanentes que são colocados nas vias públicas. E, que, na opinião dos técnicos, dos especialistas nesta área, a redução da velocidade não pode, não deve ser feita através da colocação de obstáculos, que vão resolver porventura o problema da velocidade, mas que vão criar outros problemas associados. Já foi aqui falado na questão do ruído, mas há outros e, sobretudo, o mais preocupante é a limitação que esses obstáculos causam, sobretudo aos veículos em marcha de urgência. Eu já o disse, mais do que uma vez, que se a Câmara dissesse que sim a todos os pedidos que nos são apresentados para colocar lombas, em caso de emergência, de uma freguesia qualquer até ao hospital, o desgraçado que fosse na ambulância ia permanentemente aos saltos! Não quer dizer que não se possa colocar mais uma ou outra, mas tem de ser com muito critério. Para resolver este problema, sobretudo nalguns locais mais propícios à velocidade, o melhor seria a colocação de radares de velocidade. Recentemente, nós colocamos na via pública determinada tecnologia e até fomos questionados, nas redes sociais, se andávamos a colocar radares. Efetivamente, aquela tecnologia que instalamos já está adaptada para isso, mas não foi colocada com esse intuito, foi para controlo de tráfego. Portanto, nós vamos conseguir saber exatamente quantos veículos é que acedem aqui à Vila e qual é a sua proveniência. Através das matrículas e respeitando a proteção de dados, o sistema está concebido para esse efeito e nós vamos conseguir determinar quais são os fluxos e a que horas e qual é a proveniência das pessoas e qual é a permanência delas aqui na Vila. E dizia eu que essa tecnologia já está preparada para isso, mas não pode ser implementada porque os municípios não têm competência nesta área. E na conversa que tive com o Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, coloquei em cima da mesa esse assunto. Na sua opinião, os municípios não se devem meter nisso, porque são exigências muito complexas do ponto de vista técnico e do ponto de vista legal e do ponto de vista da monitorização de todo aquele equipamento, mas que, porventura, com acordos de colaboração com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que lhe parece adequado e, portanto, é um assunto e um desafio, nomeadamente para a Associação Nacional de Municípios e, portanto, creio que essa será a chave para nós resolvermos o problema do excesso de velocidade em algumas vias mais propícias a isso. Depois, o problema que referiu das afluências indevidas ao saneamento, tomei nota. Vamos verificar. Já o disse também que é um dos desafios agora do presente e no futuro, que é procurar reduzir essas afluências indevidas que se devem, sobretudo às ligações das águas pluviais, dos caleiros das casas das pessoas à rede de saneamento. E, portanto, andamos a trabalhar nesse

leastro
Al
re-18

sentido e a intensificar essa fiscalização. Relativamente à Associação, referiu aqui que aguardam há mais de 30 anos, depois já disse há mais de 20 anos, mas o nosso compromisso com a associação é bem mais recente. Ao longo dos tempos, quer naquela associação, quer noutras, nós fomos correspondendo àquilo que eram os anseios do clube. Lembro-me ainda, já no meu tempo, de uma grande escavação que se fez com o consentimento da Fábrica da Igreja, do Sr. Padre, que permitiu alargar um pouco o campo. Mas, entretanto, também fomos desmotivando a associação de continuar a fazer investimentos avultados porque há um grande declive no terreno adjacente e qualquer intervenção que se faça ali é sempre muito onerosa e não tem perspectiva de futuro, porque para nós termos ali um campo de futebol de 11 com as medidas oficiais é manifestamente impossível ou implicava um custo de escavação brutal e ficava mais cara a escavação do que propriamente a obra em si. E, portanto, o clube percebeu isso. Na altura em que Lousada recebeu aquela infraestrutura da estação de tratamento de águas residuais, a Junta de Freguesia ainda era presidida pelo Sr. Leal e nós conseguimos convencer a empresa, não sei se nessa altura era Águas do AVE, Águas do Noroeste ou Águas do Norte, porque ela teve diversas fusões, e convencemo-la de que efetivamente era importantíssimo conseguir ter ali área suficiente para um espaço verde e para um campo de jogos. E, portanto, só agora, mais recentemente, creio que no ano passado, é que foi possível formalizar o acordo de utilização daquela área entre as Águas do Norte e o Município. O projeto já existe e essa obra consta do PPI. O projeto em concreto com os balneários esse é que não, mas é uma coisa relativamente simples e que logo que esteja feito, partilharemos não só com a associação, mas também com a junta, mas neste momento já andamos a fazer intervenções de limpeza e estabilização do terreno. Houve a necessidade também de fazer um ajuste num canto do terreno, porque interferia ligeiramente com a reserva ecológica, mas já temos os pareceres favoráveis. E, portanto, estão criadas as condições para que esse investimento avance. Mas efetivamente, nós, com o clube, só assumimos este compromisso muito recentemente. Não são compromissos com 20 anos, seguramente. Depois, relativamente ao que referiu dos pombos, é um problema sério. Já se fez no início do ano escolar uma limpeza. Creio que até com a ajuda dos bombeiros. Entretanto, meteram-se lá redes para evitar que os pombos se coloquem naqueles esconderijos. Mesmo assim, eles não fugiram daquele local. Esse problema existe também na Escola de Casais, não com a mesma gravidade, mas é um problema sério que não sabemos como resolver definitivamente, porque, efetivamente, tapou-se o acesso aos locais, onde eles estavam a pernoitar, mas eles andam sempre por ali e acabam por conspurcar o local. Enfim, estamos a ver se resolvemos o problema, mas não está fácil. -----

Por fim, relativamente à Associação Desportiva de Lousada, falou aqui que estão a ser estabelecidas negociações entre a Associação Desportiva de Lousada e a Câmara e que era importante chegar a um acordo. Não há negociações nenhuma e não sei como é que surgiu essa notícia. Aliás, tive

leastro
W
P. S. J.

uma reunião com a direção da Associação Desportiva de Lousada, creio que foi no dia 21, salvo erro. A reunião foi no final do dia e durante o dia, alguém me chamou atenção de que havia uma notícia no jornal, salvo erro no Lousadense, que dava nota de que era uma espécie de dia D, porque o futuro da Direção dependia daquela reunião na Câmara, que havia ali um conjunto de reivindicações e que estavam, enfim, para ver o que é que aquilo ia dar. Eu achei estranho e, no início da reunião, questionei a direção dizendo que achava aquela notícia completamente despropositada. E, que, aliás, não era de bom-tom, num dia em que estávamos a reunir sobre problemas do clube, ver uma notícia daquelas, porque que a lesse pensava que havia ali um problema, enfim, de falta de articulação, de posições divergentes entre o clube e o Município, e que essas posições divergentes estavam a pôr em causa a continuidade da Direção. Para além do Presidente do clube, estiveram presentes nessa reunião um conjunto significativo de elementos, mais do que uma dezena de pessoas e todos negaram e disseram que não sabiam qual foi a fonte daquela notícia e que efetivamente não fazia qualquer sentido aquele tipo de notícias. E, portanto, eu acho que não é de bom-tom estar a anunciar aquilo que são as conversações que temos com os clubes. Até porque acho que é deselegante. Aquilo, que eu posso dizer é que não há motivo nenhum para alarme. Há aquilo que são as pretensões normais dos clubes, de quererem ver as suas condições melhoradas. No caso em concreto, todos nós conhecemos as condições excecionais que temos no complexo, há ali uma pretensão por parte da direção de que o Município deveria entregar a gestão das instalações ao clube, a exemplo daquilo que fizemos com os outros clubes, em que entregamos o uso e a utilização nos campos de jogos que requalificamos nas freguesias e aquilo que nós temos dito repetidamente é que isso está fora de causa, porque o complexo é a casa da Associação Desportiva de Lousada, mas tem outra dimensão e outras valências. É um ativo importante para o Município desenvolver a sua política desportiva, não só de futebol, mas de outras valências que o mesmo agrega, nomeadamente no estádio municipal, como é o caso do atletismo, onde temos a pista de atletismo. E, que essa circunstância em nada belisca aquilo que são os interesses do clube. Não há razão nenhuma para isso constituir um problema, naturalmente, que pode haver pontualmente um problema qualquer, mas que se resolve, como se tem resolvido. Não há na nossa opinião motivo nenhum para isso ser sinalizado como um problema, porque nunca foi, nem há razão nenhuma para ser e, portanto, é nossa intenção determinada de não abdicar disso e, na nossa opinião, isso não é um problema. Depois, há uma aspiração legítima que é, no fundo, o clube ter um espaço mais seu que possa gerir de forma mais autónoma, a exemplo do que existia no passado. Nós elaboramos já um estudo prévio que remetemos, aliás, remeti hoje para o clube poder se pronunciar sobre isso, onde prevemos também um espaço de restauração que é uma necessidade, que temos sinalizada no próprio complexo. Quando nós temos lá eventos, sobretudo de maior dimensão, faz falta ali um local de restauração, sobretudo para as equipas. Portanto, já dei nota

Castro

M
#18

à direção que esse investimento é para avançar. Sabíamos que era uma aspiração do clube, mas não houve condições para realizar antes, porque volto a lembrar que este quadro comunitário que terminou não financiou um euro sequer para o desporto. E, portanto, todos os investimentos que nós fizemos na área do desporto foi fruto de recursos próprios do nosso orçamento municipal. E, entendemos que face àquilo que eram as necessidades do Desporto no concelho, que deveríamos dar prioridade às intervenções que fizemos nos diversos equipamentos desportivos das freguesias e agora chegou então a hora e a vez de avançar com esse investimento, portanto, será uma situação prioritária. Para além disso, há uma outra perspetiva que tem que ver com o futuro da associação, nomeadamente a criação de uma sociedade anónima desportiva. Quanto a isso, não quero tecer grandes considerações, porque é aos sócios que pertence definir o futuro da instituição e não à Câmara. Tem vantagens, tem inconvenientes, todos nós sabemos. O que eu peço ao clube e aos seus dirigentes é que nunca percam de vista que a principal preocupação, na minha ótica e na ótica do executivo, é a formação e esse é o mote único da Câmara Municipal quando tem uma política de apoio daquele clube ou de outro qualquer. O que não invalida que haja aspirações a outras dimensões, mas para elas serem concretizadas, não pode ser com recurso a financiamento público, isso está fora de causa. E, quanto a isso, também não há discórdia nenhuma. A direção percebe isso perfeitamente. A única questão que está em cima da mesa é a autorização do Município para que aquelas instalações possam vir a ser utilizadas por uma sociedade anónima desportiva participada pelo clube. E, quanto a isso, também não há propriamente nenhuma discórdia. A única coisa que eu sinalizei é que, a ser possível, teria de ser limitado no tempo e, portanto, esse é que é enfim, o busílis da questão, porque eu percebo que quem queira investir nessa área queira ter um horizonte temporal que de algum modo lhe permita depois amortizar os investimentos que queira fazer. Mas, tratando-se de instalações públicas, nós estamos vinculados àquilo que a própria lei determina. E a lei de bases do desporto é clara no tipo de parcerias que podem existir, no tipo de apoios que as Câmaras Municipais podem conceder, quer seja para a construção de equipamentos de clubes com sociedades anónimas desportivas, quer seja na utilização de instalações existentes e, portanto, compete-nos aplicar a lei. Em conclusão, são discussões entre aspás, reuniões normais do Município com o clube, como fazemos com os outros e, portanto, não percebo, porque é que esse assunto veio para a Praça Pública e para os jornais e, como disse, o próprio clube negou que tenha tido a iniciativa de levar isso para os jornais, pelo menos naquele dia em que reunimos, no dia da reunião, negaram que tivessem sido os próprios a sinalizar esse problema junto do jornal.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da**

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 34 membros. -----

Castro

nl
#57

2. -----Alteração da Cláusula Sétima(revisão anual), do Auto de Transferência de Competências para as Freguesias. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2024, deliberou unanimidade, **APROVAR E SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, para APROVAÇÃO, nos termos do disposto n.º 2 do artigo 5.º do DL n.º 57/2019, de 30/04, na sua redação atual, a proposta de alteração da Cláusula Sétima (Revisão Anual), do Auto de Transferência de Competências para as Freguesias”,** nos termos seguintes: -----

«CLÁUSULA SÉTIMA
Revisão anual

Os recursos financeiros destinados à execução das competências transferidas no presente Auto, identificados nos mapas financeiros que constituem o ANEXO III, serão atualizados anualmente com base na taxa de índice de preços do consumidor, com exclusão de habitação, apurada no mês de maio.» -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 5.º do DL n.º 57/2019, de 30/04, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a “Alteração da Cláusula Sétima (revisão anual), do Auto de Transferência de Competências para as Freguesias”**. -----

3. ----- 1.ª Alteração modificativa ao orçamento da receita, ao orçamento de despesa e ao Plano Plurianual de investimentos. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024, aprovou por unanimidade, **SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA, PARA APROVAÇÃO, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos** (acompanhado do Mapa “Demonstração dos elementos que constam na Nota informativa da DGAL, respeitante à integração do saldo de execução orçamental como definido

no artigo 77.º da Lei 82/2023 de 29 de dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2024).-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a "1.ª Alteração modificativa ao orçamento da receita, ao orçamento de despesa e ao Plano Plurianual de investimentos"**. -----

4. -----Retificação ao Mapa de Pessoal - Serviços Gerais Ref. 4.25 para Desporto Ref. 4.35. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024, deliberou por unanimidade **APROVAR E SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, PARA APROVAÇÃO**, nos termos do n.º 4 do art.º 29 da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) conjugado, com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a proposta de retificação ao Mapa de Pessoal de 2024, nos seguintes termos: consultado o número de lugares vagos para a carreira de Assistente Operacional Desporto(Ref.º 4.35) e Assistente Operacional Serviços Gerais (Ref.º 4.25) da Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto, aprovados no Mapa de Pessoal do ano de 2024, verificou-se a inexatidão no número de lugares vagos. Assim, foram aprovados 2 postos de trabalho para a carreira de Assistente Operacional Desporto (Ref.º. 4.35) quando deveriam ter sido aprovados 3 e foi aprovado 1 posto de trabalho para a carreira de Assistente Operacional Serviços Gerais (Ref.º. 4.25) quando não deveria ter sido aprovado nenhum. Acresce referir que o total do número de lugares ocupados/cativos/vagos aprovados no Mapa de Pessoal de 2024 não é alterado.-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista n.º 4 do art.º 29 da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) conjugado, com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por**

unanimidade de 34 votos a “Retificação ao Mapa de Pessoal - Serviços Gerais Ref. 4.25 para Desporto Ref. 4.35”. -----

lcastro
N
P.S.

5. ----- Retificação ao Mapa de Pessoal – Assistente Operacional Desporto para Assistente Operacional Desporto detentor do curso profissional de técnico de apoio à gestão desportiva. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024, deliberou por unanimidade **APROVAR E SUBMETER à Assembleia Municipal de Lousada, PARA APROVAÇÃO**, nos termos do n.º 4 do art.º 29 da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) conjugado, com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a proposta de retificação ao Mapa de Pessoal de 2024, nos seguintes termos: Consultado o Mapa de Pessoal do ano de 2024, verificou-se que foram aprovados 8 postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional Desporto – Ref.º 4.35 para a Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto; Considerando as tarefas diferenciadas que realizam, verificou-se a necessidade de exigir, além da escolaridade obrigatória, uma formação profissional adequada para o exercício das funções, nomeadamente o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva; Considerando que o total do n.º de lugares ocupados/cativos/vagos aprovados no Mapa de Pessoal de 2024 não é alterado, somente a formação académica e/ou Profissional do ANEXO A. -

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista n.º 4 do art.º 29 da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) conjugado, com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a “Retificação ao Mapa de Pessoal – Assistente Operacional Desporto para Assistente Operacional Desporto detentor do curso profissional de técnico de apoio à gestão desportiva”**.-- -----

6. -----Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémio de Investigação Académico na área das Ciências da Saúde - “Prémio Dr. Mário Fonseca”. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 15 de janeiro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER À APROVAÇÃO da Assembleia Municipal de Lousada**, o projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémio de Investigação Académica na área das Ciências da Saúde - "Prémio Dr. Mário Fonseca", para os efeitos previstos no disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

lcastro

pe
r

----- **Intervenção do Membro Municipal ANA CRISTINA MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Muito boa noite a todos, começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente, senhora Vereadora, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Lousadenses. -----

Relativamente a este ponto, gostaria que todos fizessem um exercício comigo, desde o início do mandato que a Coligação Acreditar Lousada, tem vindo a pedir o reforço dos valores das bolsas de estudo. Pedido esse que tem vindo a ser recusado constantemente por parte do Município, justificando-se que têm recursos limitados. Ora, atualmente temos uma verba de 35 mil e 500 euros atribuídos a bolsas de estudo a 100 estudantes jovens lousadenses que estejam a frequentar licenciaturas ou licenciaturas com mestrados integrados. E, depois temos a proposta que vimos cá discutir, hoje, uma proposta por parte do município para a atribuição de um prémio no valor de 10 mil euros para um investigador que possa ser nacional e Internacional, mas não tem de ser necessariamente lousadense. Bem, estamos a falar de um prémio de 10 mil euros, que são quase 1/3 do valor atribuída às bolsas de estudo. -----

Senhor Presidente, eu não queria voltar a referir este assunto das bolsas de estudo, mas o senhor Presidente dá-me pano para mangas!... Portanto, daqui a pouco tenho quase um vestido todo completo, porque o Município não pode vir aqui dizer que não tem recursos, ou seja, que os recursos são limitados para a atribuição de bolsas de estudo ou até a abertura das candidaturas a jovens que estejam a frequentar mestrado ou doutoramento e depois vímos aqui a Assembleia Municipal e, estarmos a deliberar sobre uma proposta para a atribuição de um prémio de 10 mil euros, para ser atribuído a um jovem que pode nem ser lousadense. Portanto, primeiro é preciso nós arrumarmos a casa para depois recebermos as visitas, portanto é legítimo nós atribuirmos prémios, mas é preciso que as bolsas de estudos estejam garantidas para os jovens lousadenses para esta questão de as bolsas de estudo estarem arrumadas. E, é em primeira linha que eles importam e neste sentido, eu também gostava que o senhor Presidente não respondesse da mesma forma como respondeu na reunião de Câmara a este assunto que utilizou a expressão que isto é uma cegueira política. Não é. Eu acho que é só mais uma questão de discernimento e uma questão de prioridades e, desta forma, gostava que fosse esclarecido por parte do Município. Obrigada.» -----

-----Intervenção do Membro Municipal PEDRO AMARAL, da Coligação
Acreditar Lousada: «Antes de mais começar por cumprimentar a Mesa, todo o executivo na pessoa do senhor Presidente, os colegas deputados, os senhores Presidentes de Junta, a comunicação social, o público aqui presente e os lousadenses que nos seguem em casa. -----
Venho intervir também neste ponto, naturalmente, sem desprimor pelas questões levantadas pela colega deputada Ana Cristina Moreira, relativamente às bolsas de estudo, cujas opções do executivo é importante ficarem de facto aqui claras perante os lousadenses. Mas há outras questões que me parecem também relevantes trazer a esta Assembleia, nomeadamente, no que diz respeito às incongruências e a falta de rigor da proposta de regulamento que nos vêm submetida. Espero que não haja dúvidas e não venha a honra Socialista tentar safar-se à custa de acusar a Coligação de preconceito ideológico, quero deixar claro aos lousadenses que, a Coligação PSD/CDS, não está por princípio contra a criação de incentivos à investigação e desenvolvimento na área da saúde como de resto, não está em qualquer outra área que contribua para o marketing territorial do concelho. Aliás, defendemo-lo na campanha de 2021 e, continuamos a defender que está na hora de Lousada deixar de ser identificada apenas como o concelho que fica ao lado Penafiel. E, quero também deixar claro que com humildade democrática e apesar das diferenças ideológicas, reconheço o tributo ao Dr. Mário Fonseca que, a par de outros grandes lousadenses, dedicou a sua vida a esta terra e às suas gentes. Não é isso que está em causa. Isto posto, porque da leitura das reuniões de Câmara, percebi existirem contradições entre o senhor Presidente e o senhor Vereador do Pelouro da Saúde, queria interpelá-los a ambos sobre aquela que é uma questão central deste regulamento e que tem que ver com a falta de definição clara do tipo de apoio que está aqui em causa e, quero fazê-lo porque quer do texto do regulamento, quer dos considerandos da proposta elaborada pelo Vereador Nelson Oliveira, quer das respostas do senhor Presidente na reunião de Câmara, não resulta evidente qual o tipo de incentivo que este executivo se propõe atribuir à investigação. Por um lado, elenca uma série de despesas elegíveis e obriga à prestação de relatórios financeiros, o que leva a crer tratar-se de um mero mecanismo de ressarcimento de despesas. Por outro, dota a medida até 10 mil euros e assume a entrega de 75% desse valor após o anúncio do vencedor. O que evidencia tratar-se de um prémio de valorização de mérito em que ficámos? Note-se, aliás, que esta versão não é a versão inicial apresentada pelo Vereador na reunião de 12 de outubro é, em rigor, uma terceira versão já purgada de outras incongruências apontadas pelos Vereadores da Coligação Acreditar Lousada. Aliás, face a essas incongruências e falta de rigor o senhor Presidente disse e cito a reunião de 30 de outubro **“se é um prémio, não tem que ficar necessariamente dependente de despesas, tem é que ter mérito”** e, continuou essas observações, as tais propostas pela Coligação, **“serão consideradas e a redação do regulamento será depois retificada no sentido de o tornar mais claro”**. Então, porque é que a proposta continua a não o ser? O único

lcastro

N
CDS

resultado que advém de normas pouco claras é a possibilidade de interpretações enviesadas para futuro. E, por isso, quero saber do senhor Presidente, mas sobretudo do senhor Vereador do Pelouro da Saúde, que subscreve esta proposta para que fique claro, pelo menos aqui em ata, já que não o fica em regulamento, esta questão: se um investigador no relatório financeiro final apresentar despesas elegíveis de apenas 5 mil euros. Quanto recebe? Dez mil euros de prémio ou devolve dinheiro e recebe apenas 5 mil euros de despesas? Terminei dizendo que esta teimosia e trapalhadas na proposta de regulamento que nos apresentam, dão a entender que este executivo importa muito mais capitalizar votos e popularidade no Pelouro do futuro candidato à Câmara do que propriamente a promoção e a proteção da saúde ou a projeção externa do concelho e por estas incongruências esta Coligação vai abster-se desta proposta de regulamento, disse.» -----

castro
N
15.10

-----**Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, do Partido Socialista:** «Excelentíssimos senhores, temos aqui uma proposta que me parece muito simples e do nosso ponto de vista totalmente meritória e fico até contente que o Sr. Deputado, Pedro Amaral, venha aqui tentar clarificar a posição da Coligação no sentido que efetivamente até nem são contra esta proposta. Já veremos como é que se posicionam realmente. Vou manter aqui a minha intervenção que tinha preparado, porque acho que é importante. O Município de Lousada pretende criar efetivamente um prémio de investigação científica na área da saúde, captando o interesse de uma comunidade super qualificada, após uma sugestão de uma ilustre investigadora Lousadense e, mais ainda, com o apadrinhamento do Prof. Dr. Sobrinho Simões, figura incontornável e de âmbito mundial na investigação contra o cancro. Com este prémio pretende-se, em primeiro lugar, contribuir que Lousada possa iniciar um caminho de destaque numa área que é reconhecida pelo mérito, investigação de ponta e a descoberta de novas formas inovadoras de combater uma doença, algumas delas que afetam diariamente milhões de cidadãos, incluindo, obviamente, os lousadenses. Existe também o objetivo de atrair a atenção da indústria farmacêutica, grandes organismos académicos nacionais e internacionais e, acima de tudo, a melhor investigação científica a nível internacional. É com ideias como esta que continuamos a elevar o nome de Lousada, criando uma marca que nos distinga e faça escola, pretendendo que no futuro esta semente seja um baluarte na investigação académica das ciências da saúde, até porque conta com o apoio do IPO, do Instituto de Medicina Molecular de Lisboa, do I3S, da Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, da CESPU, entre outras organizações. Na discussão prévia deste assunto, verificamos que houve efetivamente uma tentativa clara de conciliação de certos aspetos técnicos do regulamento, apesar do mesmo ter tido por base inúmeros regulamentos da mesma área. cremos, pois, que nesta fase qualquer dúvida já deveria ter sido ultrapassada, até porque não houve qualquer participação no âmbito da discussão pública. Também não nos parece que seja sequer possível ou

sério, compararmos este assunto em específico com qualquer outro assunto ou investimento feito pelo Município, porque se assim fosse, podíamos questionar a pertinência de tudo e mais alguma coisa, seja um subsídio para uma instituição, um investimento neste ou naquele lugar ou qualquer outro assunto, sob pena de termos uma discussão completamente demagógica. Por fim, dado que também celebramos os 70 anos do nascimento de Mário Fonseca, julgamos que o nome atribuído foi extremamente bem conseguido, porque em tudo tem a ver com a sua pessoa, a sua história de vida e o seu percurso profissional.» -----

lcastro
NE
AS

-----**Resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO**

MACHADO: «Eu sublinhava aquilo que a líder da bancada do PS, disse, apesar de terem refutado essa crítica que já nem me lembrava que tinha feito, de “*cegueira política*”, se a fiz, mantenho-a, porque acho que vocês não têm ideia da incongruência que é a vossa posição, porque por um lado vêm aqui dizer que não está em causa o apoio à investigação e, sobretudo numa área tão importante como é a esta... Não está em causa também o tributo que com este prémio também vamos prestar a uma figura insigne da história local. Mas, por outro lado, abstêm-se porque a proposta é do Vereador Nelson Oliveira. E, porque temos 10 mil euros para isto, mas não temos 10 mil euros para aquilo. Quer dizer, desculpem, mas acho que há aí qualquer coisa que falta para nós podermos perceber, afinal qual é a vossa posição? Porque esse argumento de “ok”, porque não para reforçar as bolsas? Porque não para, enfim, distribuir pelas Juntas de Freguesia ou pelas associações desportivas ou culturais ou não sei o quê ... se entramos por aí, tudo se discute. E estamos a falar de 10 mil euros, o que não é nenhuma fortuna. Depois essas questões técnicas, na altura da discussão, na primeira vez que a Câmara votou o assunto, nós fazemos sempre um exercício de tentativa de concertação e de conciliação, porque volto a dizer, não somos donos da verdade. E, na altura, o que eu disse na reunião de Câmara é que há aqui dois caminhos. O caminho de ver isto como um prémio de mérito e, portanto, que não esteja associado a qualquer despesa que era um caminho que podíamos ter seguido. Ou outro que estivesse associado também às despesas. Agora, a experiência sobretudo de quem domina esta matéria, que não somos propriamente nós, não é o Vereador, nem é o Presidente, mas temos, enfim, o Prof. Sobrinho Simões, a investigadora Dra. Flávia Sousa, outra distinta lousadense, é que as despesas são muito superiores a 10 mil euros, portanto, essa é uma falsa questão. E, portanto, essa questão que foi aqui colocada, então e se as despesas forem só de 5 mil? Assim, num cenário desses que não é verosímil, mas num cenário desses, a Câmara ia participar com 75% de 5 mil euros, não é... Mas pronto, mas isso é fácil de resolver e de evitar, porque porventura podemos pedir para evitar esse dissabor, mas é no plano teórico apenas que é a Câmara atribuir e pagar 10 mil euros e depois com o relatório, chegar à conclusão que as despesas eram inferiores e de terem de devolver dinheiro. Mas isso resolve-se logo no início, pedindo um plano das despesas, enfim, acho que é uma falsa questão. A questão de fundo não é essa, a questão

de fundo é como é que há abstenção num assunto em que, pelos vistos, estiveram contra na reunião de Câmara, e pelo que percebi o vosso sentido de voto hoje já evoluiu para abstenção, porventura, enfim, pela comemoração dos 70 anos e por aquilo que se escreveu nestes dias sobre o Dr. Mário Fonseca. E, confesso-vos com toda a honestidade que estava a ouvi-los e a pensar nas incongruências, porque eu lembro-me perfeitamente, aqui há muitos anos, da relação tensa que existia aqui quando ele era Presidente. Desculpem, eu tenho o direito de lembrar-me, eu tenho memória e lembro-me, por exemplo, daquilo que foi a reação de um Vereador da oposição da altura, quando a Câmara decidiu fazer aquela pintura de arte urbana no edifício dos serviços técnicos, disseram que nós parecíamos uma república comunista. Lembro-me disso tudo e, portanto, acho até enfim, curioso aquilo que li de intervenções de responsáveis da oposição sobre o Dr. Mário... E, pegando naquilo que foi escrito num editorial de um jornal, aquilo que eu posso dizer e citando, “*não está vivo, mas está presente até no silêncio*” e eu acrescentava, até na abstenção.» -----

Castro
R
V.S.P.

----- Finalizadas as intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----No uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou com 25 votos a favor (21 do Partido Socialista e 4 da Coligação Acreditar Lousada) e 9 abstenções (Membros Municipais: Agostinho Gaspar; Leonel Vieira; João Paulo Nunes Brito; Sandra Maria Silva; Pedro Amaral; Ana Cristina Moreira; André António das Neves Magalhães; Carlos Manuel Cunha Moreira e Luís Daniel Peixoto, Presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei), da Coligação Acreditar Lousada o “Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémio de Investigação Académico na área das Ciências da Saúde - “Prémio Dr. Mário Fonseca.”**-----

-----E, com as seguintes DECLARAÇÕES DE VOTOS, dos seguinte membros Municipais: -----

-----Intervenção do senhor **FAUSTO OLIVEIRA, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada**: «Quería fazer declaração de voto, dizendo que votei a favor em consciência, porque assim a minha consciência o determinou. E, espero que este regulamento possa ser alterado no sentido e corrigido no sentido de efetivamente ser um prémio de mérito, porque se os valores são superiores, parte do princípio que são superiores a 10 mil euros, acho que isso é uma burocracia daquilo que muitas vezes se faz para complicar a vida, que já é difícil de todos os investigadores e, bem hajam.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente, senhores Presidentes, senhores Deputados. Eu gostaria de fazer a seguinte declaração de voto, eu absteve nesta votação, porque entendi que é absolutamente inconcebível a atrapalhada de quem faz uma determinada proposta, nem sequer saiba qual é o tipo de proposta que faz. Se quer fazer um prémio, se quer ajudar a pagar despesas. Desculpem lá, os senhores não sabem que proposta é que estão a fazer à Assembleia Municipal. Os senhores, não sabem a proposta que estão a fazer e não me conseguiram explicar o que é que querem que eu vote. Se querem que eu esteja de acordo com um prémio. Podem ter a certeza, decidam que eu apoio. Agora, absteve-me também e quase que votava contra, porque acho.... Oh, senhor Presidente, quando quiser discutir a relação com o Dr. Mário Fonseca, eu estou à vontade. Se quiser marcar uma reunião, se quiser marcar um local público, eu estou à vontade, sabe porquê? Porque o Dr. Mário Fonseca tinha uma particularidade, sabe qual era? Não misturava as coisas. Discutimos política, mas saímos daqui como entrávamos, percebe. Só isto que eu digo, disse.» -

lcastre

N
A.S.P

7. -----**Projeto de Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 15 de janeiro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER À APROVAÇÃO da Assembleia Municipal de Lousada**, o Projeto de Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei, para os efeitos previstos no disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, CARLOS MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente de Mesa, senhor Presidente e ilustres Vereadores, membros da Assembleia, público, comunicação social e quem nos ouve em casa. -----

A pequena reflexão é muito simples quanto ao regulamento, hoje estamos a dar mais um passo para a zona de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei, eu sou suspeito porque sou de Caíde. Há 30 anos que começamos a falar da zona industrial, algo que devia ter sido uma realidade, valeu a pena tantos vereadores do PSD, Presidente de Junta, Dr. António Meireles, Dr. Luís Peixoto, entre outros e, claramente que chegámos à conclusão que era uma mais-valia para o concelho de Lousada e para a freguesia de Caíde de Rei. Não deixamos de assistir que muitas empresas foram se instalando e nós perdemos oportunidades, no entanto, estamos no caminho, agora

vamos prosseguir. Eu não gostava de falar de cor, porque olhar para um regulamento devíamos saber o que está a acontecer no momento atual na nossa vizinhança. Acabei de estar numa obra em Santo Tirso, onde foram feitas 3 unidades fabris com 6000 m² quadrados, uma no setor químico e duas logística, em Covelas, Trofa numa zona industrial com 180000 m², foi adjudicado hoje uma unidade fabril com 20000 m². Os nossos vizinhos de Amarante muito recentemente, o senhor Presidente do Município de Amarante referiu numa publicação, vou citar que a zona industrial em Oliveira Travanca junto à Nacional 15, que são nossos vizinhos como sabe, Senhor Presidente, referiu isto, *"se não o fizéssemos, podíamos perder a oportunidade de um conjunto de empresas, algumas multinacionais que manifestaram interesse naquela área com posicionamento e acessibilidades"*. O que é que eu quero dizer com isto? Quando os nossos vizinhos estão a dizer que estão num sítio muito bem localizados, que fará Caíde de Rei, Lousada, porque estamos a um minuto de A11; a 3 minutos da A4 para o Porto e para Vila Real e fronteira; a 5 minutos para entrar numa à A42, que nos permite chegar aeroporto e ao Porto de Leixões. Não obstante a isso, temos uma linha ferroviária que ninguém tem, que pode ser para transporte de passageiros, que faz jeito ou por mercadorias. É de saudar o investimento do município, que é público, dois milhões e meio e temos que o salvaguardar. Olhando para o regulamento, nós temos duas conclusões. Ele está em parte muito bem preparado, no entanto, pode limitar situações futuras, aliás, pelo que vem que está a acontecer à volta de Lousada. Nós temos no artigo 23, quando referimos a lotes, julgo que devemos ter cuidado com isto, porque temos áreas de implantação mínima de 700 m² e máximas de 1155 m², assim como áreas de construção mínimas de 860 m² e máximas de 3.400. Se olharmos para a dimensão atual de uma indústria, temos todos noção face às regras que são impostas, isto é, de conhecimento geral, penso eu, isto pode nos limitar indústrias com 5,6,7, 9 metros sejam necessários. Eu acho que devíamos prever algo no regulamento que protegesse esta situação, não só pelo critério preço e pela questão se quer lote 2, 3 e 4, eu posso instalar ali uma empresa que, se calhar por ser 10000 m², mas vai potenciar um nível de colaboradores, como foi o caso de Amarante, com um investimento da empresa Suíça. Automaticamente vai meter 400 colaboradores, temos de ter noção disso. Eu estou só a validar o investimento e não perdemos a oportunidade ao trancar com este regulamento. É a atenção que eu chamo. Esta reflexão, tem de ser cuidada e, tem de ser cuidada, porquê? Porque também no artigo 7, refere-se a uma coisa que me deixou curiosa, alínea c diz, *"temos que ter cuidado e devem ser cumpridas as empresas que estejam englobadas em tratar-se de um setor estratégico para a região"*. Eu aqui fiquei um bocado perdido. Já li a ata, já cheguei a alguma conclusão, mas o regulamento não prevê isso. O outro artigo 9 define claramente a priorização de setores estratégicos para a região. Eu vou acreditar que não é têxtil, com certeza, porque infelizmente estamos a passar um mau bocado desses setores e noutros que se avizinham. Como investidor, se eu estivesse a ler o regulamento a primeira questão que eu colocava é: quais

Lousada
R
Vila Real

são os setores estratégicos que existem? Isto é uma opinião construtiva, sabendo do investimento que finalmente o município bem e foi aprovado por todos, decidiu investir. No entanto, este regulamento pode prejudicar, há exemplos, não vamos citá-los aqui. Das zonas industriais começaram a fazer pequenos pavilhões e a seguir, quem cria não se conseguia instalar é só esse erro que não devíamos cometer, a experiência diz-nos isso. Alguma sugestão que precisem, estamos à vontade, muito obrigado.» -----

leostre

N
#38

-----**Resposta do Senhor Presidente da Câmara, PEDRO MACHADO:**

«Relativamente à intervenção do Eng.º Carlos Moreira, há aqui matérias que vão ter de ser densificadas, como é óbvio, não é? E, portanto, aliás, eu já disse isso na reunião de Câmara, nós depois da aprovação aqui na Assembleia Municipal, vamos ter de deliberar na Câmara no sentido da abertura de concurso, da nomeação júri, no fundo a concretização de alguns conceitos indeterminados que o regulamento tem, nomeadamente essa matéria dos setores estratégicos. Isso que referiu, a eventual perda de chance face a empresas que precisem de maior área, nós pretendemos com este regulamento ter um equilíbrio. E, achamos que essa resposta para ir para essa opinião que está a referir pode ser encontrada no loteamento conforme ele está ou pode ser encontrada numa outra dimensão que já estamos a trabalhar que é a expansão da zona industrial. Aliás, eu já referi isso na reunião de Câmara, nós já estamos há muito tempo a desenvolver negociações com os proprietários dos terrenos contíguos, porque temos a expectativa de sermos bem-sucedidos na alienação e de quando em vez somos procurados também por sobretudo investidores estrangeiros que procuram de uma maneira geral, áreas muito superiores àquelas que nós vamos disponibilizar aqui e queremos também ter resposta para isso. Nós no regulamento prevemos a possibilidade dos interessados se candidatarem a mais do que um lote dentro daqueles pressupostos que aqui referiu, nomeadamente o facto de haver disponibilidade de lotes contíguos e o projeto de investimento justificar essa necessidade pela sua dimensão, pelo que for, não é? Tratar-se de um setor estratégico para a região, a tal situação que estava a dizer que ainda carece aqui de maior definição de contornos daquilo que deve ser a interpretação depois deste conceito indeterminado e, depois, naturalmente, ficar sujeita à aprovação da alteração, porque é um loteamento e, portanto, isso carece depois dessa formalidade. De qualquer modo, nós não vamos construir pavilhões. Se viéssemos a construir pavilhões, o perigo era real, porque porventura poderíamos estar a avançar com construções que depois não fossem as mais adequadas àquilo que é a necessidade do mercado. Nós vamos alienar lotes. E, depois, em função dos interesses que houver, se percebermos que, enfim, há um grande interesse em lotes maiores, o regulamento tem de nos permitir graduar as candidaturas em função do interesse das mesmas e dos investimentos, sobretudo na área do emprego qualificado, para que não se perca essas oportunidades. Porque é que nós prevemos a possibilidade até 4 lotes e porque é que pusemos 4 lotes? Porque tivemos também algum receio, porque nós temos boas

expectativas, mas nunca sabemos porque vivemos agora num cenário de crise, não sabemos se vai haver o interesse que com certeza existiria há 2 anos. Aliás, ainda há dias, me colocavam a questão na reunião de Câmara, sobre o ponto de situação daquele investimento que foi deliberado aqui conceder incentivos fiscais em Lodares. Houve um refrear do investimento, uma suspensão, porque estamos a falar de investimentos de capitais franceses e se há crise em Portugal, em França e Alemanha ainda está pior e, portanto, aquilo que me dizem é que o projeto continua em cima da mesa, mas que estão a aguardar por um cenário mais favorável do ponto de vista económico para avançarem com esse investimento, porque quer em 2022, quer em 2023, tiveram quebras abruptas na faturação. Creio que em 2023, na ordem dos 30% e, portanto, não são ambientes favoráveis aos grandes investimentos. E, por isso é que nos pareceu que podíamos correr aqui um risco muito grande de aparecer, por exemplo, uma empresa de logística. As empresas de logística precisam de grandes áreas, mas do ponto de vista de emprego, não é o mais apetecível, não são empregos qualificados. Ou empresas de armazenagem, porque o local, por força da sua localização e com estas acessibilidades fáceis e com tudo aquilo que disse, a proximidade à autoestrada, à linha de caminho de ferro, se porventura não aparecessem aquelas empresas que nós mais gostaríamos de ter e, no limite, aparecessem só empresas de armazenagem e até 2 delas quisessem comprar, por exemplo, tudo aquilo, se nós não tivéssemos aqui um limite, depois teríamos um problema grave para resolver. Portanto, achamos que é um equilíbrio e depois dizia que agora o desafio é nós conseguirmos com os restantes proprietários chegar a acordo e as negociações estão bem encaminhadas, mas não sei se tem de se fazer uma discussão pública?! Estou a brincar, mas as negociações com os proprietários estão no bom caminho e, portanto, a nossa ideia é termos condições para depois expandir e eventualmente ter ali áreas maiores para outro tipo de oportunidades.» -----

*leastro**R
A
P*

-----Finalizada a intervenção, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos o “Projeto de Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno da Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei”.** -----

8. -----Atualização da remuneração e despesas de representação dos membros do Conselho de Administração da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda.---

lcostruc

N

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024, deliberou por unanimidade **PROPOR à Assembleia Municipal de Lousada, nos termos do art.º 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e de acordo com o estipulado no artigo 18, n.º 2 dos Estatutos da Empresa Municipal, a APROVAÇÃO da atualização da remuneração e despesas de representação dos membros do Conselho de Administração da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda.,” nos seguintes moldes:** -----

-----Fixação da remuneração do Presidente do Conselho de Administração em 60% da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Lousada, que em 2024 corresponde a 1.868,22€; e ---

-----Fixação do valor das despesas de representação a todos os elementos do Conselho de Administração em 60% das despesas de representação de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Lousada, que em 2024 corresponde a 393,31€. -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no art.º 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e de acordo com o estipulado no artigo 18, n.º 2 dos Estatutos da Empresa Municipal, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a “Atualização da remuneração e despesas de representação dos membros do Conselho de Administração da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda. -----**

9. -----Atualização da remuneração do ROC e Fiscal Único da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024, deliberou por unanimidade **PROPOR à Assembleia Municipal de Lousada, nos termos do art.º 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto a APROVAÇÃO da atualização dos honorários do ROC e Fiscal Único da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda” para 478,00€/mês, com efeitos a janeiro de 2024.-----**

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no art.º 26.º, n.º, 3 da Lei n.º, 50/2012, de 31 de agosto, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a “Atualização da remuneração do ROC e Fiscal Único da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M - Sociedade Unipessoal, Lda.”.** -----

10.----- Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e St. º Margarida, relativo à “reabilitação da cobertura do edifício da Junta de Freguesia de Cernadelo”.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29 de janeiro de 2024, deliberou por unanimidade **SUBMETER à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio, no valor de 10.107,02€, à União de Freguesias de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e St. º Margarida), relativo à “reabilitação da cobertura do edifício da Junta de Freguesia de Cernadelo”, em cumprimento da al. j) do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de12/09.**-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na al. j) do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de12/09, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a atribuição de um subsídio, no valor de 10.107,02€, à União de Freguesias de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e St. º Margarida), relativo à “reabilitação da cobertura do edifício da Junta de Freguesia de Cernadelo”.**-----

11.-----Relatório de Atividade Processual da CPCJ de Lousada, ano de 2023.

-----No âmbito do cumprimento do preconizado no art.º 32º da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), ponto 2, é remetido a este Órgão Deliberativo para apreciar o Relatório de Atividade Processual desta CPCJ de Lousada, respeitante ao ano civil de 2023. -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais

presentes e, sendo assim a Assembleia Municipal de Lousada, apreciou o **Relatório de Atividade Processual da CPCJ de Lousada, ano de 2023**, com a presença dos 34 membros presentes na sessão ordinária, cumprindo o preconizado no art.º 32º da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), ponto 2.-----

lcastro

N
P.S.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público.** -----

----- Mais ainda, foram informados os Munícipes inscritos para intervir na Assembleia Municipal (Período da Intervenção do Público) que a mesma estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhes entregues a folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **Saíram definitivamente da sala os seguintes elementos:**-----

- Manuel Nunes, Vereador do Partido Socialista e; -----
- José Oliveira Nunes, Presidente da Junta da União de freguesias de Nespereira e Casais, Coligação Acreditar Lousada. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia, LURDES CASTRO, deu a palavra ao Munícipes para intervir.** -----

----- **Intervenção do Município JOSE CARLOS CARVALHEIRAS:** «Muito boa noite a todos, José Carlos Carvalheiras. Eu creio que li no Regimento, que tinha direito a 10 minutos, mas em 5, em menos de 5 ponho as questões que tenho. Antes, de mais, é com emoção que intervenho nesta Assembleia 32 anos depois da última vez e, traz-me à memória, Dr. Mário Fonseca. ----- Eu trago aqui duas sugestões que são dois desafios, um deles tem a ver li no Regimento, se não falha a memória na alínea m, do artigo 4.º sobre as competências da Assembleia Municipal, que esta Assembleia pode deliberar sobre o feriado da localidade. E, normalmente quem está inteirado do assunto sabe que Lousada escamoteia a sua história há décadas. Uma das datas mais importantes do património imaterial desta localidade é 13/05/1842, somos Vila de Lousada por causa dessa data. E, faz todo sentido que seja como já foi em tempos, feriado municipal nessa

data. É um desafio que eu lanço. Não sei se está previsto alguma coisa nesse âmbito ou não. Queria trazer à Assembleia essa questão. A segunda tem a ver com uma outra sugestão, que é também um desafio. Estas sessões são transmitidas em direto pelo youtube e a gravação fica disponível online. E, principalmente numa altura em que se comemora a liberdade e os 50 anos do 25 de Abril, acho que era de todo conveniente nessa linha de liberdade, irem lá ativar os comentários. É uma forma de potenciar o ativismo, ainda há pouco estava a entrar para aqui e estava a assistir online à transmissão da Assembleia Municipal de Paredes e, têm precisamente essa função ativada. Acho que é uma forma de, obviamente, pode gerar entre aspas tenda, mas sobretudo potencia a participação cívica, que é algo que parece-me que todos devemos estar de acordo. Está cada vez mais em falta. Deixo aqui essas duas sugestões. Ainda tenho tempo, creio eu, não esgotei os cinco minutos, se me permite. Estou à vontade para dizer o que vou dizer a seguir, porque sou de um, considero-me posiciono me num quadro político partidário ideológico literalmente oposto ao do caríssimo, Gaspar Rebelo, o Dr. Mário Fonseca não levava ressentimentos daqui para fora. Boa noite, obrigado.» -----

----- **Intervenção do Município José Alberto Matos:** «Boa noite, José Alberto Matos, Eu só queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, não é sobre o assunto passado, que já está em Tribunal. Aliás, ele é minha testemunha como ele sabe. É sobre o problema, que não é problema. Eu, só queria perguntar a ele, se ele se recorda as reuniões que a gente tinha tido eram sempre no gabinete dele. A última reunião, ele levou-me para uma sala de reuniões. Ao entrar na sala de reuniões, encontro lá um homem sentado, perguntei se era uma testemunha dele e, ele diz que não, que era um funcionário da Câmara. A reunião começou, o homem estava ali, parecia uma estátua. Eu até pensei que era algum soldado espartano, podia ter sido, não é. Mas não estava uma estátua. A confusão que o Sr. Presidente da Câmara arrumou lá dentro até ao ponto de eu ter que de lhe dizer que ia chamar a GNR. Então, aí ele acalmou, os ânimos acalmaram. A reunião voltou ao tema principal, que era o meu, porque ele estava preocupado com as redes sociais e então eu disse que não fazia parte do facebook, nem tão pouco era Presidente do Facebook, não tenho essas qualidades, não tenho esse poder. Portanto, um tema que ele teria que resolver lá com o homem, dono facebook e, dessas redes sociais, que não sou eu. Mas a reunião continuou, já não ficou muito boa. Então nós saímos os dois como amigos que somos, até da Câmara. Ele voltou à esquerda para almoçar. Eu voltei à direita para ir almoçar. Não me convidou para almoçar, isso é falso, não convidou. Mas vai me convidar, calma que ele vai convidar. Eu estou à espera disso, ele sabe que vai convidar. Não é agora, porque as pessoas podem pensar que é dinheiro da Câmara quando ele sair, convida-me. Quando sair da Câmara, vai me convidar, eu sei que vai convidar. Mas o caso é este, ele fechou a porta e o homem ficou lá dentro. Então eu disse assim, comecei a pensar comigo e eu queria é que a minha idade, já é muito alta, eu posso morrer e chegar ao inferno e lá o nosso chefe perguntar, porque eu não falei isso. Acontece é que, a pergunta é esta, o

homem é funcionário público. Estava lá dentro. Houve uma confusão muito grande o homem não se mexeu, parecia uma estátua. A pergunta é esta, o homem estava de castigo? Vocês estão se a rir, mas é normal, porque o antigo cunhado dele, colocou um engenheiro de castigo, que eu vi. O engenheiro estava castigo, tinha um papel em cima da secretária. O senhor, lembra-se disso? Lembra-se bem. A gente entrava na parte velha da Câmara e logo lado direito estava lá um engenheiro que era Paços de Ferreira, de castigo, mas disse que estava outro de castigo. Eu queria saber se é normal, o Presidente da Câmara colocar os funcionários públicos de castigo. É uma pergunta simples. Se continua a ser o mesmo sistema. A senhora é PS, a Senhora não gosta de ouvir as coisas. Vamos ser realistas, isto é uma democracia, isto é uma casa do povo. A senhora tem calma. A senhora, não deixa acabar a senhora doutora, vai cortar outra vez. A única pessoa que pode falar aquelas coisas erradas, é a senhora, agora os outros não podem, não é. A senhora não deixa falar. Eu gosto da senhora porque a senhora não deixa falar ninguém. PS, a senhora corta por lá, tim, tim... Temos que defender o nosso tacho, não é. É lógico. Mas ao Sr. Presidente diga-me uma coisa então? O homem estava de castigo ou não estava? Eu não vou esperar pela resposta do senhor, porque o senhor vai fazer aquela resposta como a Mariana Mortágua contar avô dela, não é? Portanto, o senhor vai contar a história aqui aos nossos vereadores, que eles são pagos para ouvir as suas histórias e, eu vou ouvir a sua história na internet em casa, está bom ou lá no YouTube. Quanto ao resto, mais nada a declarar. Fica na próxima, depois tenho outra pergunta para fazer, hoje, não. Quando o senhor vier cá outra vez, vou fazer outra pergunta dessas do castigo que o senhor dá aos funcionários públicos. Isso é uma vergonha, pá... Isso é uma vergonha. O país tem que saber o que se passa aqui. Isto tem que ser investigado pela polícia, isso é um caso de polícia. O senhor risse, isto não é de rir, isto é, de chorar. Eu tinha vergonha na cara, de ser Presidente de uma Câmara, aliás até vou fazer outra pergunta, o senhor falou-me ...»-----

lcastro
N

----- **Intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES**

CASTRO: «Eu vou ter mesmo de cortar a palavra, porque preciso que o Sr. Presidente, responda às questões que foram colocadas. Da próxima vez, o Sr. Matos, coloca as questões. Esse assunto não é para aqui interessante. Vamos terminar, vamos concluir por aqui. Na próxima oportunidade, o senhor coloca as questões, que pretender e ainda que estão em falta.» ----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO**

MACHADO: «Muito bem, a democracia tem destas coisas, não é... Bom, mas agora começando pela parte mais séria. Relativamente, à intervenção do Dr. José Carlos Carvalheiras, percebo a sua sugestão relativamente ao feriado municipal e, enfim, é uma discussão que cabe a esta Assembleia, discussão e decisão, mas muito honestamente para nós conseguirmos ter outra data que não a que temos, só se tivéssemos dois, porque não era possível agora erradicar a segunda-feira das festas do feriado municipal. Mas percebo a sua sugestão, sobretudo porque a esmagadora maioria dos

lousadenses não sabe a importância da data. Mas, com toda a honestidade, acho que seria uma discussão inconsequente porque já está enraizado na nossa cultura, a segunda-feira a seguir às festas de ser Feriado Municipal, o que não invalida que se possa ver de que forma é que nós podemos sinalizar e destacar melhor esta data de 13 de maio. Depois, relativamente à sugestão em concreto que referiu, nem de propósito depois de ouvir o que nós ouvimos a seguir à sua intervenção... -----

Eu tenho falado com os meus colegas sobre as transmissões online das Assembleias. E, os que não têm, dizem que jamais. Porquê? Porque o problema é o uso indevido que se dá às ferramentas, ferramentas que têm todo o sentido, que foram feitas para servir as pessoas, mas que são mal utilizadas. Enfim, são as regras da democracia, nem sempre o uso daquilo que são os nossos direitos é feito na devida forma. E, eu costumo dizer que uma das primeiras coisas que eu vou fazer quando sair da vida política, é sair das redes sociais, porque elas foram completamente desvirtuadas, servem sobretudo para enxovalhar as pessoas, para dizer aquilo que não se tenha coragem de dizer, "olhos nos olhos" e, por isso eu diria que a intervenção cívica é aquilo que o senhor fez hoje e bem. É vir aqui, estar perante um órgão representativo do concelho e falar sobre as matérias que entender de interesse para o concelho, fazer sugestões, fazer críticas, tudo isso... Atrás de um computador, não quer dizer que, também não se possa fazer isso de uma forma construtiva ou crítica, não é essa a questão... é sobretudo, aproveitar as oportunidades e os fóruns próprios para colocar as questões com elevação e, infelizmente como sabemos, nas redes sociais começa a escassear e cada vez mais essa atitude proactiva de usar essas ferramentas em prol da comunidade. Enfim é a minha opinião, mas a Assembleia é soberana, mas parece-me que ao fazermos a transmissão enfim, estamos a propiciar a quem não tenha oportunidade de vir cá, porque assim quer seja pelas horas, quer seja pelo frio no inverno, quer dizer é desconfortável sair de casa e ter essa oportunidade de estar em casa e seguir aquilo que se passa aqui, aquilo que se diz, acho que é muito positivo e portanto não tive voto na matéria, foi a Assembleia que decidiu, mas acho que pesando os prós e os contras, é positivo, tem o inconveniente depois quando, enfim, nos sujeitamos a intervenções sobretudo do público e como já aconteceu, para não referir agora exemplos concretos da nossa, mas como aconteceu noutras Câmaras Municipais, em que os concelhos depois são alvo de chacota, nomeadamente nos programas de humor nacional. Mas a sugestão que aqui colocou, não me compete sequer a mim a decidir sobre essa matéria. -----

Relativamente, à intervenção que o Sr. José Alberto Matos fez, mais uma vez, fez e saiu, não quer ouvir a resposta. A pessoa que ele referiu, está ali, ele nem sequer a reconhece, não se lembra, é o meu Chefe de Gabinete, que esteve comigo, ao meu lado, como está em muitas outras reuniões, e não é seguramente pelo porte físico. Que eu saiba não tem porte físico intimidatório, portanto, estava lá na qualidade de Chefe de Gabinete, nem sequer é funcionário da câmara e nem me lembro se saí juntamente com o Sr. Matos e, se ele ficou lá ou não, já nem me lembro disso, mas pronto...

Enfim, não tenho mais nada a acrescentar.» -----

----- E, nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Rúben João Pinto Bessa, que leu a Ata Minutada.** -----

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro,** submeteu à votação a Ata Minutada n.º 14/2024, **que foi aprovada por unanimidade de 33 votos** dos membros presentes e que fica apensa a esta ata, **declarando a sessão encerrada às 00 horas e 40 minutos.** -----

----- **Faltou à sessão o seguinte membro da Assembleia Municipal:**
-----**Diogo Carvalho Aires Agostinho**, Presidente de Junta de freguesia de Sousela. -----

Lousada, 29 de fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1º Secretário

Rúben João Pinto Bessa Rúben João Pinto Bessa

A 2ª Secretária

Maria José Pacheco Meireles Magalhães Maria José Pacheco Meireles Magalhães

Ata aprovada na 15.ª Sessão Ordinária de 30 de abril de 2024 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 29/02/2024.